



16 DE OUTUBRO DE 2015

Sexta-feira

- ESTADOS PODERÃO CRIAR DECLARAÇÃO PARA INFORMAR ICMS DE ME E EPP
- UE JULGARÁ ACORDOS TRIBUTÁRIOS DE STARBUCKS E FIAT COMO INCENTIVOS ILEGAIS, DIZEM FONTES
- CEO DIZ QUE VOLKSWAGEN PRECISA AJUSTAR ESTRATÉGIA ATÉ 2025
- PLANEJAMENTO PARA SAIR DA CRISE NO SETOR METALMECÂNICO SERÁ UM DOS ASSUNTOS DISCUTIDOS NA FEIRA CORTE & CONFORMAÇÃO DE METAIS 2015
- ESSS E CICLO PLM FECHAM PARCERIA PARA COMERCIALIZAÇÃO DE ANSYS AIM
- PERNAMBUCO GANHARÁ SUA QUINTA FÁBRICA DA UNILEVER
- MECÂNICA 2016 QUER ATRAIR EMPRESAS ITALIANAS AO BRASIL
- TESLA LANÇA 'PILOTO AUTOMÁTICO' PARA CARROS, MAS PEDE CAUTELA
- PIRELLI PODE ADOTAR PPE SE MERCADO NÃO MUDAR
- VOLVO CARS LANÇA PLATAFORMA CMA PARA VEÍCULOS COMPACTOS
- VOLUME DE FINANCIAMENTOS DE VEÍCULOS CAI 13,2% EM NOVE MESES
- FUNCIONÁRIOS DA VALE DEVEM FICAR SEM PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS
- ALEMANHA ORDENA RECALL DE 2,4 MILHÕES DE CARROS DA VOLKS
- SETOR DE PETRÓLEO E GÁS DEMITE 30,5 MIL NO PRIMEIRO SEMESTRE
- ALUGUÉIS TÊM EM SETEMBRO MAIOR QUEDA EM 7 ANOS NO PAÍS
- ECONOMIA ENCOLHEU 0,76% EM AGOSTO, DIZ BANCO CENTRAL
- IGP-10 DE OUTUBRO SOBE 1,88%, ANTE ALTA DE 0,61% EM SETEMBRO, DIZ FGV
- CÂMARA APROVA PROJETO QUE AUTORIZA USO DE RESIDÊNCIA COMO SEDE DE MICROEMPRESA

- SETOR DE SERVIÇOS CAI EM 21 DAS 27 UNIDADES DA FEDERAÇÃO EM AGOSTO, REVELA IBGE
- RITMO DE INVESTIMENTOS DAS DISTRIBUIDORAS SALTARÁ PARA R\$ 16 BI/ANO, DIZ ABRADÉE
- TOYOTA MAPEIA DECLÍNIO EXPRESSIVO DOS CARROS MOVIDOS A GASOLINA E DIESEL
- PIRELLI LANÇA 1º PNEU DO BRASIL COM ECO-ETIQUETA DO INMETRO
- LUCRO DA GENERAL ELECTRIC CAI A US\$ 2,51 BILHÕES NO 3º TRI
- VENDAS MUNDIAIS DA GM CAEM ENTRE JANEIRO E SETEMBRO
- EMPREGO NA INDÚSTRIA ACUMULA 47 RESULTADOS NEGATIVOS SEGUIDOS, SEGUNDO IBGE
- RIO TINTO ELEVA EMBARQUES DE MINÉRIO DE FERRO APESAR DE RISCOS NA CHINA
- INDICADOR DA ATIVIDADE ECONÔMICA TEM SEXTA QUEDA CONSECUTIVA NO ANO
- GOVERNO INVESTIGA FIAT CHRYSLER E LABORATÓRIO TEUTO POR INFRAÇÕES AO CONSUMIDOR
- GÁS DE BUJÃO, GASOLINA E TARIFA DE ÔNIBUS PESAM NO ORÇAMENTO SEMANAL
- CCJ PODE CRIAR REGRAS SOBRE DESCONSIDERAÇÃO DE NEGÓCIOS PARA REDUZIR TRIBUTOS
- ATIVIDADE ECONÔMICA CAI 0,76% EM AGOSTO
- COM CRISE, EMPRESAS VENDEM R\$ 150 BILHÕES EM ATIVOS NO BRASIL
- SEM-TETO AJUDAM GREVE DOS BANCÁRIOS COM PIQUETES E VIGILÂNCIA NAS AGÊNCIAS
- SINDUSCON-MG CRITICA AUMENTO DO ICMS
- GRANDES EMPRESAS APOSTAM NA VERTICALIZAÇÃO
- PRODUTOR DE FERRO-GUSA DE NÍQUEL NA INDONÉSIA DEVE TRIPLICAR CAPACIDADE ATÉ MAIO
- COBRE RECUA EM LONDRES E NY COM PREOCUPAÇÃO SOBRE DEMANDA CHINESA
- WORLDSTEEL REELEGE PRESIDENTE DO CONSELHO PARA PERÍODO ATÉ 2016
- MINÉRIO DE FERRO NA CHINA TEM MAIOR QUEDA SEMANAL DESDE JULHO
- PRODUÇÃO DE AÇO DA UCRÂNIA VAI CAIR 13% EM 2015, DIZEM USINAS
- NOVOS PROJETOS DE LEI
- NOVOS PROJETOS DE LEI

CÂMBIO EM 16/10/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,850	3,850
Euro	4,372	4,374

Fonte: BACEN

Estados poderão criar declaração para informar ICMS de ME e EPP

16/10/2015 – Fonte: COAD

O Comitê Gestor, através da [Resolução 123](#), de 14-10-2015, publicada no DO-U de 15-10-2015, autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituírem declaração eletrônica para as microempresas e empresas de pequeno porte informarem o ICMS devido por antecipação e substituição tributária, bem como o diferencial de alíquotas.

A declaração, que substituirá, a partir de 1-1-2016, obrigações exigidas dos optantes pelo Simples Nacional pelas Unidades da Federação, deverá ser enviada por meio de aplicativo único, a ser disponibilizado no Portal do Simples Nacional. Foi alterada a Resolução 94 CGSN/2011.

UE julgará acordos tributários de Starbucks e Fiat como incentivos ilegais, dizem fontes

16/10/2015 – Fonte: Reuters

O Starbucks e a Fiat Chrysler Automobiles serão comunicados na próxima semana de que seus acordos tributários violam as regras de ajuda estatal da União Europeia, disseram três pessoas familiarizadas com o assunto nesta quinta-feira, conforme os reguladores europeus visam reprimir a evasão fiscal no bloco.

As ações da Comissão Europeia contra a rede de cafeterias norte-americana e a montadora italiana vêm após uma investigação de um ano que também envolveu a Apple e a varejista online Amazon.com.

Acordos que ajudam as empresas a reduzir a conta com impostos, dando a elas uma vantagem injusta, têm estado na mira dos reguladores desde que a crise financeira de 2007/2009 deixou os governos com necessidade de caixa.

"Os casos do Starbucks e da Fiat estão prontos", disse uma das pessoas. As fontes disseram que as decisões sobre o acordo tributário holandês envolvendo a Apple e acordos feitos pela Amazon com as autoridades de Luxemburgo virão depois.

Não ficou claro se a Comissão ordenará que as autoridades da Holanda e de Luxemburgo recuperem uma quantia específica em impostos ou forneçam uma metodologia para que calculem os tributos a serem pagos.

O porta-voz da Comissão Ricardo Cardoso, a Fiat Chrysler Automobiles e a Amazon não quiseram comentar. A Starbucks disse que continua a cooperar com as investigações da Comissão e a Apple disse que não tem nada para acrescentar sobre o momento da decisão da União Europeia.

CEO diz que Volkswagen precisa ajustar estratégia até 2025

16/10/2015 – Fonte: Reuters

A Volkswagen precisa ajustar sua estratégia geral até 2025, conforme cede mais poder a marcas e regiões, enquanto prossegue com as investigações do escândalo de emissões, disse seu presidente executivo.

A maior montadora da Europa tem "uma boa chance" de se recuperar do escândalo em dois ou três anos, disse o presidente executivo Matthias Mueller nesta quinta-feira, em extratos de um discurso para administradores em Leipzig visto pela Reuters.

Os pontos essenciais da chamada estratégia 2018 da Volkswagen, modelo do esforço da montadora para escala e qualidade projetado sob a gestão do ex-presidente Martin Winterkorn permanecem válidos, disse Mueller.

Planejamento para sair da crise no setor metalmeccânico será um dos assuntos discutidos na feira Corte & Conformação de Metais 2015

16/10/2015 – Fonte: CIMM

Como o setor metalmeccânico pode se planejar para superar a crise econômica e as novas tecnologias para os setores de metalurgia e siderurgia serão discutidos na feira Corte & Conformação de Metais 2015.

A engenheira e consultora de negócios internacionais, Telma Keppler, vai apresentar aos participantes o modelo de valorização das empresas industriais de médio porte, que tornou a Alemanha o motor econômico da Europa, assegurando o nível de emprego e uma produtividade elevada e consistente.

Segundo a consultora, mais de 90% das empresas alemãs seguem este modelo, chamado "German Mittelstand", e respondem por 55% da economia total do país.

"A valorização do treinamento e o estímulo à inovação fazem parte desse sistema e podem inspirar as empresas brasileiras de médio porte do setor metalmeccânico", explica a profissional, que trabalhou 10 anos como engenheira na Siemens, em São Paulo e na Alemanha, e possui mais de 15 anos de experiência em consultoria de negócios internacionais entre Alemanha, Brasil e Turquia.

Além da apresentação de Telma Keppler, a programação do congresso da Corte & Conformação de Metais contará com palestras técnicas sobre aços planos e fumos metálicos nos processos de corte e soldagem.

Minicursos específicos para profissionais de metalurgia também serão realizados e, um painel de debates vai discutir o panorama da automação de soldagem.

As vagas são limitadas e as inscrições devem ser feitas com antecedência.

Tecnologia reunida

Com a participação de 400 empresas, nacionais e internacionais, a Corte & Conformação de Metais 2015 será realizada entre os dias 20 e 23 de outubro, no Expo Center Norte, em São Paulo. Na mesma data e local, acontece a 3ª edição da Brazil Welding Show, primeira feira específica no Brasil sobre tecnologia de soldagem.

Os eventos vão reunir as mais avançadas tecnologias de tubos, soldagem, tratamento de superfície, máquinas, ferramentas, acessórios, sistemas de apoio, softwares, entre outros. Além disso, reunirão fornecedores, usuários e especialistas que terão a oportunidade de se atualizarem sobre o que há de melhor em tecnologia para esses mercados.

Segundo Monica Carpenter, diretora da Aranda Eventos, empresa realizadora da Corte & Conformação de Metais e da Brazil Welding Show, com o País enfrentando um período de recuo da economia, é necessário que profissionais e empresas estejam por dentro do que há de novo em cada área e busquem novas soluções para aumentar a produtividade e reduzir o desperdício na produção.

“Conhecer novas tecnologias e formas de otimizar o trabalho da empresa são boas saídas neste momento de crise”, afirma a executiva.

Serviço

Corte & Conformação de Metais e Brazil Welding Show

Data: 20 a 23 de Outubro de 2015

Horário da Exposição: das 12 às 20 horas

Horário do Congresso: das 9 às 18 horas

Local: Expo Center Norte, pavilhões Verde e Branco – São Paulo – SP

ESSS e Ciclo PLM fecham parceria para comercialização de ANSYS AIM

16/10/2015 – Fonte: CIMM

Inovar é um grande desafio para todas as empresas brasileiras, especialmente para as de pequeno e médio porte, que identificam no acesso a novas tecnologias o grande desafio para a melhoria dos seus processos.

Com o objetivo de trazer novas perspectivas para esse setor industrial, a ESSI e a Ciclo PLM fecham parceria para difundir o acesso dos diferentes ramos da indústria à ferramenta ANSYS AIM, que permite desenvolver projetos completos, desde o desenho passando pela simulação, otimização e análise dos resultados em um único ambiente – interativo e amigável - a um custo acessível.

“O ANSYS AIM veio para transformar o desenvolvimento de produtos! Com o apoio dessa ferramenta multifísica as empresas podem criar projetos eficientes com menor custo e em menor tempo. A parceria entre a ESSI e a Ciclo PLM surge com o objetivo de oferecer ao mercado a ferramenta ANSYS AIM, aliando o conhecimento adquirido em mais de 20 anos em simulação computacional da ESSI com a competência em engenharia e gestão de produto da Ciclo PLM”, explica Vinicius Rossato, gerente de vendas por canais para América do Sul na ESSI.

Para Fabio Leal, líder de tecnologia da Ciclo PLM, a parceria irá ajudar as empresas a avaliar e desenvolver produtos eficientes, tornando-as mais competitivas. “O fato de a ESSI nos dar o apoio que precisamos faz com que iniciemos com o pé direito, estando bem fundamentados e oferecendo produtos com mão de obra qualificada.

Isso vai ao encontro de oferecer soluções e compreender os resultados que a ferramenta fornece. Atuamos com mercado de pequenas e médias empresas e o ANSYS AIM é uma solução que permite, de forma ordenada fazer análises robustas, é algo que casou bem

com o objetivo da Ciclo PLM de ajudar as empresas a desenvolverem produtos melhores”, conta.

A Ciclo PLM irá atuar no estado de Santa Catarina e Paraná, concentrando-se principalmente nas regiões de Joinville e Curitiba, respectivamente. A empresa irá comercializar as soluções ANSYS AIM.

Os serviços de suporte técnico e treinamento serão oferecidos pela ESSS, que dispõe de profissionais altamente qualificados na modelagem numérica e simulação computacional, bem como o conhecimento adquirido com o desenvolvimento de projetos para diferentes mercados, como mineração, óleo e gás, naval e offshore, automotivo, aeroespacial, entre outros.

Pernambuco ganhará sua quinta fábrica da Unilever

16/10/2015 – Fonte: CIMM



Pernambuco vai ganhar a sua quinta fábrica da Unilever. O governador de Pernambuco Paulo Câmara assinou, nesta quarta-feira (14), um protocolo de intenções para a instalação de um complexo industrial de alimentos e centro logístico da empresa em Escada, na Mata Sul.

A cerimônia, realizada no Palácio do Campo das Princesas, contou com a participação do presidente da Unilever no Brasil, Fernando Fernandez. Presente há 24 anos no Estado, a marca já tem unidades em Garanhuns, Igarassu, Jaboatão dos Guararapes e em Ipojuca, no Complexo de Suape.

Com inauguração prevista entre o fim de 2017 e início de 2018, a nova fábrica será a 15ª da Unilever no Brasil. Ela vai produzir itens do portfólio de alimentos e atender à demanda da região Nordeste. Com investimento de R\$ 600 milhões, a unidade vai gerar aproximadamente 600 empregos diretos e 1,5 mil indiretos.

Em Escada, a Unilever deverá receber incentivos da ordem de 90% do Prodepe, em função da sua localização, do valor do investimento, da geração de empregos e do tipo do projeto. O Governo do Estado ainda deverá conceder incentivos do Proinfra, para que a empresa execute obras de infraestrutura necessárias para a implantação do empreendimento no limite de até R\$ 25 milhões.

“No período que estamos vivendo, o Brasil numa recessão brutal, com previsão de menos 3% do seu PIB, nós anunciarmos esse investimento mostra claramente a confiança que os empresários e as instituições têm em Pernambuco. Apesar do momento adverso, eles sabem que investir aqui vale a pena; dá retorno e garante sustentabilidade para o futuro das empresas e do nosso povo”, cravou Paulo Câmara.

Para o governador, a unidade de Escada também será fundamental para consolidar a interiorização do desenvolvimento. “A Mata Norte conseguiu avançar muito com a chegada dos empreendimentos, principalmente, das fábricas de bebidas e da Jeep. Agora, faremos um movimento em função da Mata Sul.

Do município de Escada, em breve, queremos avançar para além de Palmares, Sirinhaém e Barreiros. Com a infraestrutura adequada, a capacitação da nossa população e políticas

de incentivo que olhem cada vez mais o interior do Estado, será possível fazer as coisas acontecerem como estão acontecendo em Escada”, ressaltou Paulo.

Escolhida pela localização estratégica, a cidade Escada está situada próxima do Recife e do Porto de Suape. A partir da nova unidade, será possível o escoamento da produção, como destacou o presidente da Unilever Brasil.

“Todas as nossas fábricas e centros de distribuição que atendem o Nordeste do País estão localizados em Pernambuco. Estamos muito orgulhosos de fazer esse investimento. Mesmo em um momento difícil para economia do Brasil, seguimos confiando no potencial do povo brasileiro e na credibilidade de Pernambuco, que nos assegura uma permanência a longo prazo para nossas operações. Esperamos também que no futuro Pernambuco seja um centro de exportação dos nossos produtos; não só para o resto do Brasil, mas também para América Latina”, salientou Fernando Fernandez.

A unidade em Escada contará com área construída 440 mil metros quadrados e será erguida de acordo com os mais altos padrões tecnológicos e socioambientais. A expectativa é de que a terraplanagem do terreno tenha início na próxima semana.

De acordo com o secretário de Desenvolvimento Econômico, Thiago Norões, Pernambuco se consolida como o “centro econômico do Nordeste”. “A Unilever inicia um processo corajoso e ambicioso, que vem sendo estudado há mais de dois anos com o objetivo de concentrar uma parte importante das atividades que desenvolve aqui na região, no município de Escada.

Uma área grande e privilegiada foi adquirida, que deve acolher, em um primeiro momento, uma unidade fabril e um centro de distribuição; mas tem potencial de um polo da maior importância para a Unilever e para o Nordeste do Brasil”, ressaltou.

Mecânica 2016 quer atrair empresas italianas ao Brasil

16/10/2015 – Fonte: CIMM

A Reed Exhibitions Alcantara Machado, principal empresa organizadora de feiras e eventos no Brasil e no mundo, promove a 31ª Feira Internacional da Mecânica, considerada a maior e mais tradicional feira de maquinário e processos de manufatura da América Latina. O evento acontece entre os dias 17 e 21 de maio de 2016, no Pavilhão de Exposições do Anhembi, em São Paulo, e já conta com 80% do espaço disponível comercializado, com 1.100 marcas e 380 empresas confirmadas.

Com 57 anos de tradição e espaço de 85 mil m², o único evento que abrange toda a cadeia produtiva da indústria brasileira, prevê alcançar 1.500 marcas confirmadas e 90 mil compradores nacionais e internacionais, uma das maiores audiências de eventos de negócio do País.

A Mecânica 2016, conta com o apoio institucional de 19 associações, como a ABFA (Associação Brasileira da Indústria de Ferramentas), Abimei (Associação Brasileira dos Importadores de Máquinas e Equipamentos Industriais), Abinee (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica), ABS Soldagem (Associação Brasileira de Soldagem) e Sinafer-SP (Sindicato da Indústria de Artefatos de Ferro, Metais e Ferramentas em Geral do Estado de SP) e 30 parceiros de mídia.

“Contaremos com a participação de duas empresas italianas na Mecânica 2016 e a nossa estimativa é incrementar este número para 15. Por isso, a equipe da Reed estará presente na EMO 2015, nesta semana, e apresentará condições especiais para participação de empresas italianas em nosso evento, no próximo ano”, comenta Juan Pablo De Vera, presidente da Reed Exhibitions Alcantara Machado. “As companhias da

Itália podem encontrar relevantes oportunidades de negócios no nosso evento, que reúne os principais tomadores de decisão da cadeia industrial”, reforça Juan.

Segundo a organizadora, existe uma forte oportunidade local para empresas italianas que detêm o domínio de alta tecnologia para produção de máquinas.

“O momento é ideal para que empresas da Itália ofereçam alta tecnologia ainda indisponível no Brasil, principalmente no contexto de valorização da moeda internacional, que dificulta a importação. Com isso, ao mesmo tempo que há demanda para empresas globais, ajudamos a indústria brasileira, que precisa continuar produzindo máquinas para movimentar a economia”, finaliza Juan.

A Reed Exhibitions conta com importantes formadores de opinião do setor de manufatura de processos no Brasil para oferecer uma grade de conteúdos com temas relevantes para indústria, como automação industrial, robótica, fabricação inteligente, eficiência energética e integração de dados.

Além disso, aposta fortemente no investimento em plataformas digitais online e off-line para os expositores, que favorecem a exposição da marca e a geração de negócios antes, durante e depois do evento, com um extenso banco de dados com mais de 300 mil compradores industriais e quatro milhões de nomes.

Resultados comprovam o sucesso da Mecânica

Para Eduardo Trevisan, Gerente Geral da Deb’Maq Brasil, uma das empresas participantes do evento.

“A Mecânica representa quantidade e qualidade de público, resultados comprovados de negócio e um investimento eficaz e confiável. Nossa participação na última edição registrou aumento de 42% nas propostas de negócios, imediatamente após o evento”. “A Deb’Maq está sempre presente nas principais feiras do setor”, finaliza.

Os números da edição de 2014 comprovam o sucesso do evento líder no mercado, com a geração de R\$ 500 milhões em resultados de negócios para expositores, mais de 100 mil visitantes e 98% de satisfação entre visitantes e expositores.

Serviço

[31ª Feira Internacional da Mecânica](#)

Data: 17 a 21 de maio de 2016

Local: Parque de Exposições do Anhembi

Av. Olavo Fontoura, 1.209 – Santana – São Paulo – SP – Brasil

Tesla lança ‘piloto automático’ para carros, mas pede cautela

16/10/2015 – Fonte: CIMM



Sedans do Modelo S da Tesla Motors serão capazes de dirigir e estacionar sozinhos, sob certas condições, a partir desta quinta-feira (15). A empresa anunciou a atualização de recursos de seu “piloto automático”, mas seu presidente-executivo, Elon Musk, advertiu que os motoristas devem continuar com as mãos ao volante.

"Estamos sendo especialmente cautelosos nesta fase e, por isso, aconselhamos aos motoristas manter as mãos ao volante por segurança", disse Musk em coletiva na sede da empresa no Vale do Silício. "Ao longo do tempo, não haverá a necessidade de usar o volante", complementa.

Os novos recursos foram concebidos para veículos construídos depois de setembro de 2014 e estarão disponíveis para clientes nos Estados Unidos. Proprietários europeus e asiáticos deve esperar mais uma semana. A Tesla irá fornecer os recursos através de uma atualização por meio de conexão sem fio.

Em condições mais difíceis de condução, um alerta sonoro que se acenderá e se isso for ignorado, o carro vai abrandar e eventualmente parar. Segundo Musk, o software foi desenvolvido para aumentar a segurança dos motoristas, mas ressaltou que em caso de acidentes, o motorista ainda será o responsável.

O software usa uma combinação de câmeras, radares, sensores ultra-sônicos e dados de mapeamento para determinar a sua posição e trafegar. Quando chega ao seu destino, é capaz de buscar um espaço disponível e estacionar.

Entre as limitações está a condução em dias de neve intensa. Tais condições tornam o funcionamento do sistema mais difícil.

Ao falar sobre a performance do software, Musk disse que "essencialmente" é como uma pessoa, por ser capaz de melhorar sua performance ao longo dos anos. Mas o recurso traz algumas vantagens em relação a seres humanos:

"A longo prazo, será muito melhor do que uma pessoa. Ele nunca se cansa, nunca teve nada para beber e nunca estará discutindo com alguém no carro. Ele não está distraído", falou.

Pirelli pode adotar PPE se mercado não mudar

16/10/2015 – Fonte: Automotive Business



A **Pirelli** também pode aderir ao Programa de Proteção ao Emprego (**PPE**) se o mercado não reagir. "Esgotamos outros recursos como férias, reduções de produção, layoff e demissões de contratados temporariamente", afirma o diretor de pesquisa e desenvolvimento da Pirelli, Roberto Falkenstein, referindo-se à unidade de Santo André (SP), bastante afetada porque lá são fabricados os pneus de caminhões e máquinas agrícolas, segmentos mais atingidos pela queda nas vendas.

A unidade de Campinas (SP), onde são feitos pneus de passeio, também utilizou layoff e corte de temporários. Embora admita a possibilidade de adoção do PPE, Falkenstein afirmou que ela não está definida nem apontou qual fábrica lançaria mão primeiro do recurso.

A Pirelli também faz pneus de passeio em Feira de Santana (BA) e para caminhões e motocicletas em Gravataí (RS). "A produção dos pneus para moto começou o ano ruim e

esboçava reação, mas já há de novo anúncio de parada na produção em Manaus”, diz Falkenstein.

Automotive Business entrevistou o diretor de pesquisa e desenvolvimento durante o lançamento do Cinturato P1 Plus, primeiro pneu a receber o selo do Inmetro.

A empresa detém cerca de 50% do mercado original de fábrica para carros de passeio. No segmento de reposição são 20%. Sua rede tem 2 mil lojas entre oficiais e multimarcas credenciadas. Segundo a companhia, 97% dos pneus que vende no País são fabricados na América Latina.

NOVO CAMPO DE PROVAS CUSTARÁ R\$ 70 MILHÕES

A Pirelli se prepara para investir R\$ 70 milhões em um novo campo de provas em Elias Fausto (SP). A companhia ainda depende do licenciamento ambiental, que pode sair nos próximos 30 dias. Se ocorrer, dará a largada à construção de uma estrutura bem mais completa que a atual (em Sumaré, SP) e em uma área dez vezes maior. Serão três anos de obras.

O novo campo terá um circuito completo, com reta de dois quilômetros. Permitirá o teste de vários carros ao mesmo tempo, avaliações de pneus para moto e até para máquinas agrícolas.

Volvo Cars lança plataforma CMA para veículos compactos

16/10/2015 – Fonte: Automotive Business



A Volvo Cars anuncia o lançamento da plataforma para veículos compactos CMA (arquitetura modular compacta, na sigla em inglês), que possibilitará o aumento da variedade de modelos neste segmento, além da participação em novos segmentos de mercado. O primeiro carro a ser produzido sobre a nova plataforma está previsto para ser lançado em 2017.

A arquitetura CMA é uma versão menor da SPA (scalable product architecture) usada no novo XC90, que chegou ao Brasil no mês passado. Seu lançamento indica que no futuro todos os modelos Volvo serão produzidos em apenas duas plataformas, ajustáveis e modulares.

Os dois projetos – SPA e CMA – foram desenvolvidos simultaneamente e representam a estratégia de renovação de produtos a partir da substituição de todos os carros da gama nos próximos quatro anos, visando crescimento das vendas globais anuais projetados para 800 mil unidades. Essa mudança iniciou com o lançamento do XC90 e segue com o lançamento do inédito sedã de luxo S90, que segundo a montadora, será realizado em breve.

Compartilhando as últimas tecnologias aplicadas pela Volvo entre as arquiteturas SPA e CMA, incluindo motorizações (tanto as convencionais como as variantes híbridas plug-in), sistemas de climatização, entretenimento, transmissão de dados e principalmente

segurança, a montadora espera alcançar a meta de não ter vítimas fatais ou feridos graves dentro de seus carros novos em 2020.

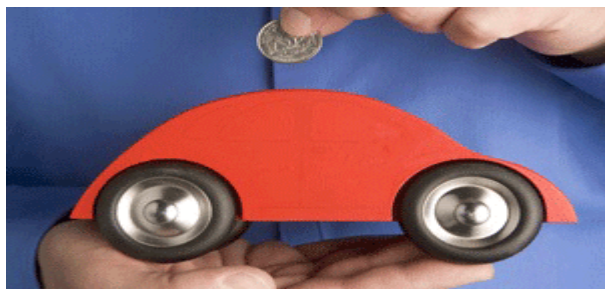
“A flexibilidade da CMA dá liberdade aos designers e engenheiros da Volvo, permitindo a eles desenvolver e lançar uma extensa gama de funções novas e atraentes, além de, ao mesmo tempo, aprimorar a dirigibilidade, oferecendo tecnologias de segurança e de conectividade de ponta.

Nós desenvolvemos essa nova plataforma com componentes “plug an play”. Isso significa que a nova geração de carros compactos da Volvo será beneficiada com as avançadas tecnologias já disponíveis no XC90”, explica Peter Mertens, vice-presidente sênior de pesquisa e desenvolvimento da Volvo Cars.

Está prevista ainda o desenvolvimento da eletrificação da CMA, que terá a nova motorização híbrida plug-in Twin Engine.

Volume de financiamentos de veículos cai 13,2% em nove meses

16/10/2015 – Fonte: Automotive Business



O número de financiamentos de veículos entre janeiro e setembro deste ano reduziram 13,2%, para 4,03 milhões de unidades, considerando automóveis, comerciais leves, pesados e motocicletas incluindo novos e usados.

Em igual período do ano passado este volume era de 4,65 milhões, conforme dados da Cetip, empresa que opera o Sistema Nacional de Gravames (SNG), base de informações que reúne cadastros das restrições financeiras de veículos como garantia de crédito.

Nos nove meses completos do ano, os financiamentos representaram 41,1% do total das vendas de veículos novos e transferências de usados no Brasil, que somaram 9,8 milhões de unidades no período.

Em 2014, a proporção dos financiamentos era de 45,8% das vendas totais. Do total de veículos novos emplacados este ano (1,95 milhão de unidades), 91,7% foram financiados, enquanto em usados (7,85 milhões) a proporção é de 28,5% no acumulado.

A queda total no volume de financiamentos é muito maior nos veículos novos: no acumulado houve retração de 21,8%, para 1,79 milhões de financiados, enquanto o total de usados parcelados caiu 4,9% no mesmo período, para 2,24 milhões de unidades.

O segmento de pesados continua exercendo a maior influência negativa sobre os dados gerais. Os financiamentos de caminhões e ônibus novos diminuíram 50,6% em um ano, para pouco mais de 59 mil unidades. Os usados retraíram 7,6%, para 98,8 mil veículos. No total, somando novos e usados, o tombo é de 30,3%, para 157,8 mil unidades.

Automóveis e comerciais leves novos e usados somaram 3,15 milhões de unidades financiadas em nove meses, 12,8% abaixo do registrado em idêntico intervalo de 2014.

Com 1,10 milhão de unidades, os novos apresentaram desempenho negativo de 24,6%, enquanto os usados, com 2,05 milhões, diminuíram 12,8%.

O setor de duas rodas também viu os números baixarem: somando novos e usados, o volume de financiados chegou a 710,6 mil unidades entre janeiro e setembro, queda de 9,8% sobre o volume de iguais meses do ano passado.

O número de parcelamento de novas motocicletas recuou 10,8%, para 630,6 mil unidades, e a de usadas, ficou apenas 1,7% abaixo do mesmo volume registrado há um ano, para 79,9 mil.

Das modalidades escolhidas pelo consumidor para financiar os bens, o consórcio apresentou o menor índice de queda no acumulado, 1,3%, com o total de 644,8 mil novos contratos.

Embora o CDC seja a modalidade preferida, com mais de 3,26 milhões de veículos financiados, o volume é 14,9% menor que o anotado nos mesmos nove meses de 2014. Já o leasing ficou 20,6% abaixo do apurado há um ano, com 50,9 mil novos contratos.

Funcionários da Vale devem ficar sem participação nos lucros

16/10/2015 – Fonte: O Globo



Funcionários da Vale correm o risco de ficar sem a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) referente a 2015. Com a queda no preço das commodities (matérias-primas com cotação global), a empresa não deve atingir a geração de caixa mínima que serve como gatilho para a distribuição da PLR.

O assunto já vem sendo tratado em conversas informais entre diretores e gerentes. Caso isso aconteça, será a primeira vez que a empresa terá deixado de pagar o bônus aos empregados. Ontem, a Vale anunciou o corte de US\$ 500 milhões na distribuição de dividendos aos acionistas para este ano, o que vai representar uma redução de 64% em relação ao valor pago em 2014.

De acordo com o Sindimina-RJ, um dos 13 sindicatos que representam os trabalhadores da Vale, até 2013, a PLR era calculada com base em metas individuais, de equipes e da empresa.

A partir de 2014, foi criado um gatilho que considera o fluxo de caixa operacional da companhia e o gasto em investimentos correntes, ou seja, investimentos para manter as unidades em operação. Com a queda no preço das matérias-primas, especialmente a do minério de ferro (carro-chefe da Vale), a expectativa é que o gatilho não seja atingido.

— Se seguida a fórmula à risca, não haverá distribuição de PLR. Mas vamos negociar com a empresa. Os funcionários já contam com essa remuneração, e a PLR é um diferencial da Vale no setor — diz Iran Santos, presidente do Sindimina-RJ.

A Vale confirmou os termos do cálculo, mas não comentou a possibilidade de não pagamento da PLR. Disse que a apuração dos valores “só será feita em fevereiro de 2016”. O pagamento costuma ser em março, sempre em relação ao ano anterior. Em 31 de dezembro de 2014, a Vale provisionou US\$ 502 milhões para pagamento da PLR em 2015. A empresa não confirma se o valor foi desembolsado.

O clima entre funcionários, especialmente da área administrativa, é de apreensão. Eles votaram contra a mudança na fórmula da PLR, pois já esperavam oscilação maior nas cotações internacionais. Na ocasião, a maioria dos empregados foi favorável à mudança, que incluía também alteração no teto do número de salários que a empresa paga a título de PLR de seis para sete.

REAJUSTE SALARIAL

Também há incerteza quanto ao reajuste salarial. Pela primeira vez desde 2004, os empregados vão chegar à data-base do dissídio (1º de novembro) sem um acordo fechado. A primeira rodada de negociações será no próximo dia 27, em Belo Horizonte. Os sindicatos propuseram aumento real de 5% — além da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que acumula alta de 9,9% em 12 meses encerrados em setembro. A Vale não revelou sua proposta.

Ontem, a mineradora informou que seu Conselho de Administração aprovou a redução do pagamento da segunda parcela de dividendos aos acionistas em US\$ 500 milhões. Com isso, a empresa pagará US\$ 1,5 bilhão em dividendos no ano. Em janeiro, havia informado que pagaria US\$ 2 bilhões.

O pagamento da segunda parcela será feito em 30 de outubro. A primeira parcela, de US\$ 1 bilhão, foi paga em 30 de abril. Em 2014, foram pagos US\$ 4,2 bilhões.

Para Felipe Reis, analista de mineração do Santander, a redução no pagamento dos dividendos “mostra que a companhia está atenta ao fluxo de caixa mais apertado em 2015”.

A Vale tem feito elevados desembolsos para tocar projetos importantes da companhia, como o S11D (expansão do complexo de Carajás, no Pará, orçado em US\$ 16 bilhões) e a receita, no momento de queda de preços das commodities, não tem acompanhado a magnitude dos investimentos.

Reis projeta geração de caixa de US\$ 1,96 bilhão no terceiro trimestre de 2015, queda de 11% em relação ao segundo trimestre. O preço médio do minério de ferro no mercado spot (à vista) chinês caiu 6% no período, nos cálculos do analista. Os de cobre e níquel caíram 13% e 19%, respectivamente. A Vale divulga o resultado financeiro na próxima semana.

REDUÇÃO DE DIVIDENDOS

A Vale informou, nesta quinta-feira, que o Conselho de Administração da companhia aprovou a redução do pagamento da segunda parcela de dividendos aos acionistas em US\$ 500 milhões. Com isso, a empresa vai pagar US\$ 1,5 bilhão em dividendos no ano. Em janeiro, a companhia havia informado que pagaria US\$ 2 bilhões em 2015.

O pagamento da segunda parcela será feito em 30 de outubro. A primeira parcela, de US\$ 1 bilhão, foi paga em 30 de abril. O valor total de dividendos que será distribuído aos acionistas será 64,2% inferior ao pago em 2014 (US\$ 4,2 bilhões).

Para Felipe Reis, analista de mineração do Santander, a redução no pagamento dos dividendos "mostra que a companhia está atenta ao fluxo de caixa mais apertado em 2015".

A Vale tem feito elevados desembolsos para tocar projetos importantes da companhia e a receita, no momento de queda de preços das commodities, não tem acompanhado a magnitude dos investimentos.

Alemanha ordena recall de 2,4 milhões de carros da Volks

16/10/2015 – Fonte: O Globo



A Volkswagen vai embarcar em um dos maiores recalls da História automotiva da Europa ao recuperar 8,5 milhões de carros movidos a diesel depois que autoridades alemãs recusaram a proposta da montadora de reparos voluntários.

O órgão regulador alemão (KBA, na sigla em inglês) exigiu o recall imediato de 2,4 milhões de carros na Alemanha. Enquanto isso, a fabricante suspendeu o quarto engenheiro sênior por suspeita de envolvimento no escândalo do software fraudador.

Falko Rudolph era chefe da fábrica de componentes em Baunatal, Alemanha, supervisionando o desenvolvimento de motores diesel entre 2006 e 2010. Ele é considerado o pai da transmissão de dupla embreagem da empresa. Outros três engenheiros já foram suspensos.

Promotores em Itália disseram nesta quinta-feira que estão investigando os gestores locais da Volkswagen e sua marca de carros esportivos Lamborghini por suposta fraude.

PLANO DEVE SER APRESENTADO ATÉ NOVEMBRO

A KBA disse que o recall envolvendo 2,4 milhões de veículos na Alemanha deve começar no início do próximo ano e será obrigatório, ou seja, motoristas não podem escolher se querem ou não levar seus carros para a manutenção.

De acordo com o site do jornal "Financial Times", o órgão regulador alemão rejeitou a proposta da Volkswagen de fazer um reparo voluntário justamente para poder acompanhar de perto as ações da montadora a esse respeito, principalmente do ponto de vista regulatório.

A Volks tem até o final do mês para criar um plano de coreção para os veículos com motor 2 litros. Para os os modelos de 1,6 litro e 1,2 litro, o prazo é até o fim de novembro.

O órgão havia dito anteriormente que 2,8 milhões de veículos da Volkswagen continuam o software fraudador que identifica que os carros estão sendo testados e reduz temporariamente as emissões de gases tóxicos. Porém, 400 mil deste total já não circulam mais e, portanto, não são alvo do recall.

A montadora alemã informou ainda nesta quinta-feira que faria o recall na Europa de 8,5 milhões de carros. A empresa estima que 8 milhões foram afetados na região, mas

decidiu incluir no programa outros 500 mil para manutenção “voluntária” a fim de verificar se contêm o software fraudador.

Globalmente, até 11 milhões de veículos podem conter o dispositivo. O recall desta frota estaria entre os maiores da História por um único fabricante, e similar em escala ao recall de 2009-2010 da Toyota para 10 milhões de carros com problemas de aceleração.

A montadora disse que pretende completar uma remodelação de todos os veículos afetados até o final de 2016, ressaltando que alguns recalls exigem reparos mais complexos e caros.

Alguns analistas estimam que o escândalo poderia custar Volkswagen quase € 35 bilhões para cobrir custos de reparação em veículos, multas regulatórias e processos judiciais.

O diretor presidente da Volks, Matthias Müller, disse a diretores da empresa nesta quinta-feira que a mudança na estrutura e cultura da empresa anunciadas na sequência da crise de emissões deve capacitar gerentes regionais para se tornarem mais autônomos em vez de que aguardar a sede em Wolfsburg tome decisões.

— O princípio básico pode ser resumido da seguinte forma: o grupo irá no futuro ser gerido de forma mais descentralizada, e marcas e regiões vão se tornar muito mais independentes — disse Müller em uma reunião em Leipzig. — Nossos concorrentes estão apenas esperando que fiquemos para trás em matéria de tecnologia, porque estamos preocupados com nós mesmos. Mas não vamos deixar isso acontecer.

Setor de petróleo e gás demite 30,5 mil no primeiro semestre

16/10/2015 – Fonte: O Globo



A crise na Petrobras, atingida pela Operação Lava-Jato, da Polícia Federal (PF), e a queda no preço do petróleo no mercado internacional já resultaram no fechamento de 30,5 mil vagas no setor de petróleo e gás no primeiro semestre deste ano no país.

O número, que representa um recuo de 18,4% em relação ao mesmo período do ano passado, foi compilado pelo professor Rodrigo Leandro de Moura, da Fundação Getulio Vargas (FGV), a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), do IBGE. Mas o número de demissões deve crescer, prevê Moura.

Das 34,5 mil vagas fechadas entre janeiro e junho, 22,6 mil são do setor de extração de petróleo. O restante (7,8 mil) é do segmento de fabricação de produtos derivados de petróleo, como refino.

— A tendência é que os números continuem piorando, com mais demissões. A conjuntura da economia brasileira não ajuda, e o cenário externo, com o preço do petróleo, também

vem obrigando as empresas a demitirem — disse Moura, que vai apresentar os dados na sexta-feira no evento "Impactos da Crise no Setor de óleo e Gás", promovido pelo Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), no Rio de Janeiro.

Moura lembra ainda da redução dos investimentos da Petrobras. A estatal cortou US\$ 11 bilhões de seus investimentos entre 2015 e 2016, para um total de US\$ 44 bilhões.

— O menor investimento da Petrobras repercute na perspectiva das outras empresas, que vão gerar menos vagas — disse Moura.

O consultor John Albuquerque Forman, presidente da consultoria JF, lembrou que todas as empresas estão buscando reduzir gastos com o preço do petróleo em baixa - ontem, o barril fechou em queda de 0,18%, cotado a US\$ 49,15. Ele citou segmentos, como o de sísmica, que estão com atividades paradas. O analista disse ainda que atualmente há sobra de sondas de exploração no mercado.

— Há uma conjunção de fatores. Além do cenário externo, há o preço do petróleo. Então, se o valor do barril cair ainda mais, as empresas terão de ser ainda mais seletivas, o que vai resultar em mais cortes de vagas.

Mas isso não acontece só no Brasil. Isso está ocorrendo em todo o mundo. As empresas do setor estão hoje trabalhando apenas em projetos que permitem maior rentabilidade. Ou seja, só estão investindo em ativos de qualidade.

Ele disse ainda que o corte de vagas em refino ocorre por causa da redução das atividades em projetos como o Comperj, no Rio, e as refinarias do no Nordeste.

Aluguéis têm em setembro maior queda em 7 anos no país

16/10/2015 – Fonte: O Globo



O preço do aluguel residencial médio no Brasil caiu 0,78% em setembro frente a agosto, de acordo com o Índice FipeZap divulgado nesta quinta-feira. É a maior queda mensal já registrada na série histórica iniciada em 2008, que pesquisa os valores de locação de imóveis em nove cidades brasileiras. O Rio teve a segunda maior queda no mês, de 1,14%, ficando atrás apenas de Salvador (-1,26%).

Frente ao mesmo mês do ano anterior, a queda do valor médio do metro quadrado foi de 2,51%, na quarta redução consecutiva nessa base de comparação. O Rio, por sua vez, registra queda de 8,31%, a maior entre as nove cidades pesquisadas.

Entre janeiro e setembro, o aluguel médio recua 1,98%, enquanto os preços no Rio de Janeiro têm retração de 6,06%, também a maior entre os municípios pesquisados.

Segundo Bruno Oliva, economista da Fipe, o recuo já era esperado para o período, especialmente depois dos aumentos expressivos nos preços para locação entre 2006 e 2013 em diversas cidades do país.

— Os preços não sobem continuamente a taxas tão elevadas quanto as dos últimos anos e, por isso, eventualmente teriam que diminuir. No entanto, vemos que o desaquecimento dos preços é reforçado pelas atuais dificuldades do mercado de trabalho e pelas perspectivas negativas para os próximos meses e anos. As condições nada boas da economia do país acabam reduzindo a demanda por apartamentos, o que, naturalmente, leva à queda dos preços — explica Oliva.

Embora ainda tenha o metro quadrado mais caro dentre as nove cidades pesquisadas, com custo de R\$ 38,58 ao mês, o Rio de Janeiro vem se aproximando da média nacional de R\$ 32,76 registrada neste mês. O valor ficou apenas R\$ 2,07 acima do preço da cidade de São Paulo, o segundo mais alto do ranking, que no mesmo período foi de R\$ 36,51 por metro quadrado.

Na contramão, São Bernardo do Campo e Campinas tiveram as maiores elevações no valor do aluguel para os últimos 12 meses — com aumentos de 3,58% e 3,26% respectivamente.

No entanto, em ambos os municípios o valor médio do aluguel mensal por metro quadrado se mantém abaixo da média nacional, a R\$ 22,53 para Campinas e a R\$ 18,92 para São Bernardo do Campo. O índice mais baixo é o de Curitiba, em que a locação do metro quadrado em setembro registrou preço de R\$ 16,06 por mês.

Economia encolheu 0,76% em agosto, diz Banco Central

16/10/2015 – Fonte: O Globo

A retração da economia brasileira é maior que a esperada pelos analistas. A atividade caiu 0,76% em agosto, informou o Banco Central nesta sexta-feira. A expectativa dos economistas do mercado financeiro era de baixa de 0,6% do Índice de Atividade Econômica da autoridade monetária (IBC-Br) no mês.

O indicador entrou numa trajetória de queda desde o início do ano passado. Esse movimento ficou mais acelerado neste ano. Agora, o índice chegou ao menor patamar desde março de 2012. Nas contas dos técnicos da autarquia, o IBC-Br de agosto foi de 140,01 pontos. Esse é o desempenho da economia na metodologia criada pelo Banco Central.

O número já foi muito maior. Chegou a 148,98 pontos em junho de 2013. Em novembro do ano passado, quando o desempenho já era de 146,92 pontos, a retração ficou mais forte.

Neste ano, a economia cresceu somente em fevereiro e maio pelos cálculos do BC. A expectativa do mercado financeiro para este ano é de uma retração de cerca de 3%. Nas contas do BC, a queda é de 3,01% no acumulado nos oito meses e de 2,28% nos últimos 12 meses.

Para agosto, os economistas do mercado financeiro projetavam a continuação da queda, mas bem menor. E já era uma retração era aguardada por causa de indicadores ruins de praticamente todos os setores. O impacto da crise econômica chegou até ao setor de serviços.

Ontem, o IBGE divulgou que o faturamento do setor teve uma queda real de 3,5%, ou seja, mesmo descontada a inflação, a receita encolheu em agosto frente a igual mês do ano anterior. Com a renda corroída pela inflação e com medo da alta do desemprego, as famílias diminuíram os gastos.

Foi o terceiro resultado negativo para o setor de serviços, que teve o pior agosto da série histórica, iniciada em 2012. A contração acumulada no ano é de 2,6%.

Já a produção industrial encolheu 1,2% em agosto frente a julho: também a terceira queda mensal seguida. Mesmo no campo negativo, o resultado veio melhor do que o esperado pelos economistas, que projetavam queda de 1,6%. O desempenho acumulado no ano é de uma retração de 6,9%.

No entanto, o comércio teve um desempenho pior que o esperado no mês. Os analistas apostavam em 0,6%, mas as vendas do comércio caíram 0,9% no país em agosto, frente ao mês de julho. O varejo apresenta taxas negativas desde o mês de fevereiro. Apenas em 2015, a queda acumulada do varejo é de 3%.

DIFERENÇAS NA METODOLOGIA

O IBC-Br foi criado pelo BC para ser uma referência do comportamento da atividade econômica que sirva para orientar a política de controle da inflação pelo Comitê de Política Monetária (Copom), uma vez que o dado oficial do Produto Interno Bruto (PIB) é divulgado pelo IBGE com defasagem em torno de três meses. Tanto o IBC-Br quanto o PIB são indicadores que medem a atividade econômica, mas têm diferenças na metodologia.

O indicador do BC leva em conta trajetória de variáveis consideradas como bons indicadores para o desempenho dos setores da economia (indústria, agropecuária e serviços).

Já o PIB é calculado pelo IBGE a partir da soma dos bens e serviços produzidos na economia. Pelo lado da produção, considera-se a agropecuária, a indústria, os serviços, além dos impostos. Já pelo lado da demanda, são computados dados do consumo das famílias, consumo do governo e investimentos, além de exportações e importações .

IGP-10 de outubro sobe 1,88%, ante alta de 0,61% em setembro, diz FGV

16/10/2015 – Fonte: EM.com

O Índice Geral de Preços - 10 (IGP-10) avançou 1,88% em outubro, após subir 0,61% em setembro, divulgou na manhã desta sexta-feira, 16, a Fundação Getúlio Vargas (FGV). O resultado do indicador ficou dentro do intervalo das estimativas do mercado financeiro, segundo levantamento AE Projeções, que ia desde um avanço de 1,32% a uma alta de 1,91%, e acima da mediana de 1,70%.

A FGV informou ainda os resultados dos três indicadores que compõem o IGP-10. O IPA-10, que representa o atacado, subiu 2,62% neste mês, após avançar 0,82% em setembro.

O IPC-10, que apura a evolução de preços no varejo, cresceu 0,59% em outubro, em comparação com alta de 0,15% no mês anterior. Já o INCC-10, que mensura o impacto de preços na construção, apresentou alta de 0,23%, contra avanço de 0,36% na mesma base de comparação.

Com o resultado agora anunciado, o IGP-10 acumula altas de 7,88% no ano e de 9,83% em 12 meses. O período de coleta de preços para o IGP-10 de outubro foi do dia 11 de setembro ao dia 10 deste mês. O IGP-DI de setembro, que havia captado preços do dia 1º ao dia 30 do mês passado, apresentou alta de 1,42% na leitura mensal.

IPAs

Os preços dos produtos agropecuários atacadistas (IPA Agropecuário) subiram 3,94% em

outubro, após alta de 1,35% em setembro, segundo a FGV. A instituição informou ainda que os preços dos produtos industriais no atacado (IPA Industrial) registraram alta de 2,12%, ante avanço de 0,61% observado no mês passado.

Dentro do Índice de Preços por Atacado segundo Estágios de Processamento (IPA-EP), que permite visualizar a transmissão de preços ao longo da cadeia produtiva, os preços dos bens finais tiveram alta de 1,47% em outubro, após aumento de 0,10% no mês anterior.

Os preços dos bens intermediários, por sua vez, subiram 2,15% neste mês, em comparação com a alta de 0,94% em setembro. Já os preços das matérias-primas brutas registraram aumento de 4,62%, ante avanço de 1,56% na mesma base de comparação.

Câmara aprova projeto que autoriza uso de residência como sede de microempresa

16/10/2015 – Fonte: EM.com

Microempreendedores individuais poderão usar a própria residência como sede para seus estabelecimentos comerciais. É o que diz o Projeto de Lei Complementar (PLC) 278/13, aprovado hoje, por unanimidade pelo plenário da Câmara dos Deputados.

O projeto, de autoria do deputado Mauro Mariani (PMDB-SC), autoriza os microempreendedores a usar a própria casa como sede para o exercício comercial, sempre que não for indispensável a existência de local próprio para o exercício da atividade. O texto segue agora para análise do Senado.

A proposta altera a legislação que criou o Simples Nacional (Lei Complementar 123/06) e busca facilitar a adesão de pessoas ao regime simplificado de tributação, afastando restrições impostas por leis estaduais que não permitem o uso do endereço residencial para cadastro de empresas.

Setor de serviços cai em 21 das 27 Unidades da Federação em agosto, revela IBGE

16/10/2015 – Fonte: EM.com

O setor de serviços encolheu em 21 das 27 Unidades da Federação em agosto ante igual mês do ano passado, informou nesta quinta-feira, 15, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em São Paulo, a retração foi de 4,0% no período, maior do que a média nacional, que foi de recuo real de 3,5%.

As quedas mais significativas no volume de serviços prestados em agosto ante igual mês de 2014 foram observadas no Amapá (-14,2%), no Maranhão (-12,2%), no Sergipe (-7,8%) e na Bahia (-7,5%). Todos os dados descontam a influência dos preços.

Das 21 regiões que ficaram no vermelho, sete tiveram recuo menos intenso do que a média nacional, entre elas o Rio de Janeiro, com perda real de 2,2% no período. Entre os avanços, lideraram Rondônia (9,6%), Roraima (5,7%), Mato Grosso (3,8%) e Mato Grosso do Sul (3,3%), apontou o IBGE.

Cortes orçamentários

Os serviços profissionais, administrativos e complementares são os mais afetados pelos cortes orçamentários nos governos e pela redução nos gastos de empresas privadas, afirmou Roberto Saldanha, pesquisador da Coordenação de Serviços e Comércio do IBGE.

Em agosto, o volume de serviços prestados pelo segmento recuou 5,2% em relação a agosto de 2014.

"A questão é que, como é um setor muito intensivo em mão de obra, ele impacta também no desemprego", disse o pesquisador. Os serviços profissionais incluem consultorias, enquanto o segmento de administrativos e complementares engloba serviços de limpeza e vigilância.

A queda é mais intensa e vem há mais tempo no primeiro setor, embora recentemente o segundo, de menor qualificação, venha dando sinais cada vez mais claros de queda, sintoma dos cortes de gastos e uma preocupação em termos de emprego.

"Os governos contratam menos, as empresas privadas também estão reduzindo fortemente seus gastos com esses serviços. O próprio desaquecimento da economia reflete muito no setor", afirmou Saldanha

Ritmo de investimentos das distribuidoras saltará para R\$ 16 bi/ano, diz Abradee

16/10/2015 – Fonte: EM.com

O ritmo de investimentos a ser feito pelas 64 distribuidoras de energia do País deve saltar no decorrer dos próximos anos, segundo o presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Nelson Fonseca Leite.

O número de R\$ 12 bilhões, registrado nos últimos anos, deverá alcançar R\$ 16 bilhões por ano na segunda metade desta década, reflexo da necessidade de adequação das distribuidoras aos limites impostos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e do processo de prorrogação das concessões.

Na quarta-feira, 14, o Tribunal de Contas da União (TCU) acatou parcialmente as propostas apresentadas pela Aneel referentes ao processo e autorizou a renovação das concessões.

O aval elimina uma das incertezas que ainda rondam o setor de distribuição de energia e abre espaço para que as companhias obtenham condições mais favoráveis de financiamento. O modelo a ser aprovado prevê que as distribuidoras terão de comprovar qualidade do serviço prestado e sustentabilidade econômico-financeira.

O fim do impasse em relação às concessões não elimina, contudo, os problemas a serem superados pelas distribuidoras, alerta Fonseca.

Há um grave ambiente de descasamento entre receita e despesas por parte das empresas, este amplificado por impactos como o efeito do câmbio sobre a energia fornecida pela hidrelétrica de Itaipu. O descasamento ocorre porque as tarifas de energia são revisadas apenas uma vez por ano, não acompanhando o ritmo de alta dos custos.

"Para se ter uma ideia, as distribuidoras estão pagando energia com base em um dólar médio de R\$ 2,80 a R\$ 2,90, e hoje o dólar está em quase R\$ 4,00. Há uma redução do caixa livre das distribuidoras", afirma Fonseca.

"Estamos trabalhando na busca de uma solução e há um artigo, da lei 12.783 (texto da medida provisória 579/12), que prevê que o risco cambial de Itaipu seria transferido, mas o artigo ainda não foi regulamentado", complementa.

A transferência desse risco não deveria ser direcionada de imediato aos consumidores, e para isso seria fundamental o suporte do Tesouro Nacional. Ao Tesouro competiria a

função de mitigar o efeito dessas oscilações nos custos das distribuidoras e, conseqüentemente, nas tarifas dos consumidores.

Despesas

O custo futuro da energia ainda deve incorporar uma conta antiga estimada em R\$ 10 bilhões, número de fechamento do primeiro semestre. Esse valor, conforme antecipado pelo Broadcast (serviço de notícias em tempo real da Agência Estado) no mês passado, decorre de restos a pagar de 2014, diferenças da conta CVA, total de R\$ 2,5 bilhões, variação cambial e déficit na conta de bandeiras tarifárias.

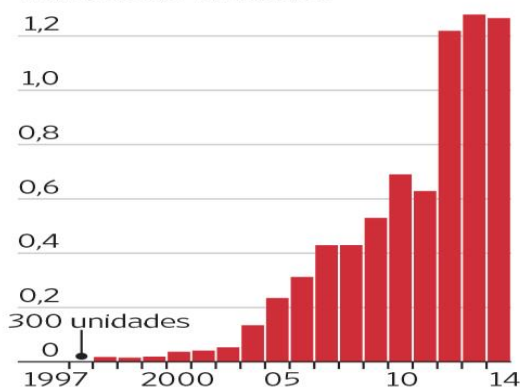
"Temos expectativa de que o número tenha diminuição no terceiro trimestre em função de um melhor resultado na conta Bandeiras e pelo que foi incluído nas tarifas (durante o período)", diz.

Toyota mapeia declínio expressivo dos carros movidos a gasolina e diesel

16/10/2015 – Fonte: The Wall Street Journal

O poder dos híbridos

Vendas de veículos híbridos em milhões de unidades



Vendas por tipo de motor, 2014



*Inclui veículos com célula de combustível
Fonte: Toyota

THE WALL STREET JOURNAL.

A Toyota Motor Corp. está traçando uma estrada para a extinção quase total de seus carros abastecidos de forma convencional enquanto o setor lida com o escândalo da fraude nas emissões dos veículos a diesel da Volkswagen AG.

A montadora com maior volume de vendas do mundo informou ontem que até 2050 os híbridos movidos a gás e eletricidade, híbridos plug-in, carros movidos a célula de combustível e veículos elétricos responderão pela grande parte das suas vendas globais.

Ela não forneceu, porém, qual deve ser a participação de cada um.

Isso significa que os carros movidos a motores a gasolina e diesel, que atualmente representam em torno de 85% das vendas globais de veículos da Toyota, ficarão perto de zero, disse o diretor-gerente sênior da montadora japonesa, Kiyotaka Ise.

“Não será fácil para os carros a gasolina e diesel sobreviverem”, disse Ise, em Tóquio. “Com um declínio tão expressivo nos carros movidos a motores, é como se o mundo virasse de cabeça para baixo e a Toyota tivesse que mudar sua rota.”

A visão da Toyota ressalta sua aposta em carros híbridos e movidos a célula de combustível em razão das preocupações crescentes com a poluição. As montadoras estão competindo para identificar qual será a tecnologia de abastecimento dominante na próxima geração de automóveis.

A iniciativa da Toyota ocorre em um momento em que a indústria automobilística luta para se enquadrar nas regulações severas de emissões e analisa minuciosamente a tecnologia dos veículos a diesel depois de a Volkswagen ter admitido que fraudou certos testes de emissões. Nesta semana, a montadora alemã informou que está acelerando os planos para desenvolver veículos movidos a bateria e outros híbridos de eletricidade.

A Toyota não está abrindo mão dos motores a gasolina e diesel. Segundo Ise, algumas regiões ainda terão que depender de carros a gasolina ou diesel devido à infraestrutura limitada para abastecimento de carros elétricos ou movidos a hidrogênio. Os veículos híbridos como o Prius da Toyota também possuem motores convencionais junto com os motores elétricos e baterias.

Uma mudança dessa envergadura na tecnologia não acontecerá rapidamente. Há um consenso generalizado no setor que os veículos a gasolina e diesel serão gradualmente substituídos por outros abastecidos com energia alternativa, mas os consumidores não têm adotado esses carros em grande escala, em parte devido aos problemas de infraestrutura de abastecimento.

A Toyota, que tem concentrado seus esforços nos híbridos, no ano passado começou a vender carros movidos a célula de combustível que operam com hidrogênio e emitem apenas água pelo escapamento. Os carros movidos a célula de combustível, que podem ser abastecidos em minutos e têm uma autonomia maior que os veículos elétricos, são mais adequados para viagens de longa distância que os elétricos, de acordo com a Toyota.

O Mirai, da Toyota, movido a célula de combustível, pode percorrer 500 quilômetros com um tanque cheio de hidrogênio, segundo os padrões de testes dos EUA. O carro elétrico Leaf, da rival Nissan Motor Co., tem uma média de alcance de 135 quilômetros com a bateria totalmente carregada, enquanto o carro elétrico Model S, da Tesla Motor Inc., tem uma autonomia entre 370 e 435 quilômetros.

A Nissan está apostando em veículos elétricos, enquanto as montadoras alemãs como a Volkswagen têm dado mais atenção aos híbridos plug-in.

No momento, a Toyota ainda é muito dependente dos carros a gasolina e diesel. No ano passado, cerca de 14% das vendas globais da empresa foram de veículos híbridos, incluindo os plug-ins. A maior parte do restante das vendas foi de veículos movidos a gasolina e alguns a diesel, embora a participação de cada um não esteja disponível.

A Toyota registrou lucro recorde nos últimos anos, em parte graças às vendas crescentes dos lucrativos — mas grandes consumidores de gasolina — utilitários esportivos e picapes nos EUA, impulsionadas pelos preços mais baixos da gasolina.

O objetivo de reduzir a participação de carros a gasolina e diesel é parte da ampla estratégia de veículos menos poluentes lançada pela Toyota ontem.

Até 2020, a Toyota pretende reduzir as emissões de dióxido de carbono de seus novos veículos em mais de 22% em comparação à sua média global de 2010. Ela espera atingir uma redução de 90% até 2050, informou a montadora.

Para isso, a Toyota planeja vender cerca de 7 milhões de veículos híbridos de gás e eletricidade no mundo todo nos próximos cinco anos, informou a empresa. A Toyota já vendeu cerca de 8 milhões de híbridos desde que começou a vendê-los há 18 anos.

Pirelli lança 1º pneu do Brasil com eco-etiqueta do Inmetro

16/10/2015 – Fonte: Época Negócios



A fabricante italiana Pirelli lançou nesta quinta-feira (15/10) o primeiro pneu produzido em território brasileiro a sair da fábrica com a eco-etiqueta do Inmetro.

Chamado de "Cinturato P1 Plus", o composto é o sucessor do Phantom e foi desenvolvido exclusivamente para os mercados de reposição e change over, ou seja, de customização. Segundo a empresa, o novo pneu proporciona economia de combustível, diminuição do ruído durante a rodagem, frenagem mais eficiente e melhor dirigibilidade.

A eco-etiqueta do Cinturato P1 Plus vem com as notas A (de A a F) para frenagem no piso molhado e B-C (de A a E) em economia de combustível. A grande novidade do produto está nos compostos e na banda de rodagem mais plana, que otimiza o contato com o solo e propicia maior precisão nas manobras.

"A Pirelli considerou a importância da estética esportiva aliada à performance durante o desenvolvimento do novo produto. Para aumentar o desempenho em condições extremas, projetamos uma banda de rodagem com desenho assimétrico, que propicia igualmente um desgaste mais regular, que garante performance constante durante toda a vida do pneu e menor ruído", explica o diretor de pesquisa e desenvolvimento da fabricante na América Latina, Roberto Falkenstein.

Segundo ele, os sulcos longitudinais mais largos do pneu também repelem a água para longe, diminuindo o risco de aquaplanagem.

Pensado para o mercado brasileiro e produzido nas fábricas de Campinas e Feira de Santana, o P1 Plus deve chegar às lojas no fim da semana que vem e estará disponível para rodas de 15 a 20 polegadas.

Até o segundo semestre de 2016, ele terá 16 medidas diferentes, formando a gama completa de produtos da linha.

"As medidas disponíveis para este novo produto cobrem 72% do mercado de customização e 78% dos segmentos 'high performance' e 'ultra high performance'", diz o diretor de marketing da Pirelli para a América Latina, Marco Maria Tronchetti, ressaltando que a eco-etiqueta ajudará o consumidor a entender as "características inovadoras" do pneu.

Lucro da General Electric cai a US\$ 2,51 bilhões no 3º tri

16/10/2015 – Fonte: Exame



A General Electric (GE) divulgou hoje que teve lucro líquido de US\$ 2,51 bilhões no terceiro trimestre deste ano - equivalente a US\$ 0,25 por ação-, menor que o ganho de US\$ 3,54 bilhões (US\$ 0,35 por ação) registrado em igual período de 2014.

Com ajustes, o lucro operacional foi de US\$ 0,29 por ação. A receita caiu 1% na mesma comparação, a US\$ 31,68 bilhões.

Os resultados da GE superaram as expectativas. Analistas consultados pela Thomson Reuters previam lucro operacional por ação de US\$ 0,26 e receita de US\$ 28,57 bilhões.

Apenas o lucro operacional industrial da GE teve aumento anual de 5% no trimestre, a US\$ 4,5 bilhões. A receita desse segmento recuou 1%, a US\$ 26,2 bilhões, refletindo uma queda de 26% nas encomendas.

Às 8h04 (de Brasília), as ações da GE recuavam 0,32% no pré-mercado em Nova York.

O balanço da GE vem num momento em que o conglomerado norte-americano se desfaz da sua divisão de finanças, que já representou cerca de 50% de seus lucros, para se concentrar em operações industriais, como as de aviação, energia elétrica e cuidados com a saúde.

Vendas mundiais da GM caem entre janeiro e setembro

16/10/2015 – Fonte: Exame



As vendas mundiais da General Motors (GM) caíram nos primeiros nove meses deste ano em relação ao mesmo período de 2014 apesar do boom de vendas nos Estados Unidos, informou a companhia nesta quinta-feira.

A GM anunciou que suas vendas globais no período janeiro-setembro caíram 1,3% em relação ao ano passado e que no terceiro trimestre a queda foi de 3,1%. As maiores vendas desde janeiro foram no mercado da América do Norte (Estados Unidos, Canadá e

México) com 2,69 milhões de veículos, o que significa 4,9% a mais do que em 2014. No terceiro trimestre, as vendas deram um salto de 5,2%.

As vendas na China desaceleraram e nos primeiros nove meses cresceram somente 1,6%, a 2,49 milhões de automóveis. As vendas do terceiro trimestre baixaram 4,2%.

Na Europa, onde as vendas até setembro encolheram 6,3%, houve uma pequena melhora no terceiro trimestre com um crescimento de 1,1%.

Os problemas econômicos do Brasil pesaram forte na América do Sul, onde a queda foi de 24,4% nos primeiros nove meses e de 30,8% no terceiro trimestre.

Como o esperado, as vendas foram impulsionadas pelos veículos utilitários esportivos e pelas picapes, especialmente da Chevrolet.

As vendas do luxuoso Cadillac, uma das prioridades na China, cresceram 12% nesse mercado, com um recorde de 57.000 unidades, informou a GM.

Emprego na indústria acumula 47 resultados negativos seguidos, segundo IBGE

16/10/2015 – Fonte: R7



O número de trabalhadores assalariados da indústria caiu 0,8% em agosto deste ano, na comparação com o mês imediatamente anterior, na série livre de influências sazonais. Com isso, o total do pessoal ocupado acumula perda de 5,6% neste ano (de janeiro a agosto).

Na comparação de agosto deste ano contra o mesmo mês de 2014, a queda foi de 6,9%, o 47º resultado negativo consecutivo nesse tipo de confronto e o mais intenso da série histórica.

O índice acumulado nos últimos 12 meses, ao recuar 5,1%, em agosto de 2015, manteve a trajetória descendente iniciada em setembro de 2013 (-1,0%).

Setores

Na comparação de agosto/2015 contra agosto/2014, o contingente de trabalhadores foi reduzido nos 18 ramos pesquisados, com destaque para as pressões negativas vindas de máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (-14,4%), meios de transporte (-12,4%), outros produtos da indústria de transformação (-10,7%), produtos de metal (-10,3%) e máquinas e equipamentos (-10,2%).

Outras quedas menores que também são destaque do IBGE foram metalurgia básica (-7,8%), produtos têxteis (-7,4%), borracha e plástico (-7,4%), madeira (-6,6%), minerais não-metálicos (-6,2%), calçados e couro (-5,9%), vestuário (-5,7%), indústrias extrativas (-4,7%), papel e gráfica (-4,0%) e alimentos e bebidas (-3,3%).

Neste ano

No índice acumulado nos oito meses do ano, o emprego industrial mostrou queda de 5,6%, com taxas negativas nos 18 setores investigados. As contribuições negativas mais relevantes sobre a média nacional vieram de meios de transporte (-10,4%), máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (-13,1%), produtos de metal (-10,5%), máquinas e equipamentos (-7,2%), alimentos e bebidas (-2,4%), outros produtos da indústria de transformação (-9,2%), vestuário (-5,4%), calçados e couro (-7,3%), metalurgia básica (-6,8%), papel e gráfica (-3,5%), produtos têxteis (-3,8%), borracha e plástico (-2,7%), minerais não-metálicos (-2,9%), indústrias extrativas (-4,6%) e refino de petróleo e produção de álcool (-5,4%).

Número de horas mostra recuo

Em agosto de 2015, o número de horas pagas aos trabalhadores da indústria, já descontadas as influências sazonais, apontou recuo de 0,9% frente ao mês imediatamente anterior, sexta taxa negativa consecutiva, acumulando nesse período perda de 5,5%.

Com esses resultados, o índice de média móvel trimestral mostrou redução de 0,9%, no trimestre encerrado em agosto de 2015, frente ao patamar assinalado no mês anterior e manteve a trajetória descendente iniciada em maio de 2013.

Na comparação com igual mês do ano anterior, o número de horas pagas aos trabalhadores da indústria mostrou redução de 7,5% em agosto de 2015, 27ª taxa negativa consecutiva neste tipo de confronto e a mais intensa desde o início da série histórica.

O índice acumulado de janeiro a agosto de 2015 mostrou recuo de 6,2%, intensificando o ritmo de queda frente ao fechamento do primeiro semestre do ano (-5,8%), ambas as comparações contra iguais períodos do ano anterior.

O índice acumulado nos últimos 12 meses, ao passar de -5,5% em julho para -5,8% em agosto, manteve a trajetória descendente iniciada em setembro de 2013 (-1,0%).

Em agosto de 2015, o número de horas pagas recuou 7,5%, no confronto com igual mês do ano anterior, com perfil disseminado de queda, já que os 18 ramos pesquisados apontaram redução.

As principais influências negativas vieram de meios de transporte (-14,1%), máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (-13,9%), máquinas e equipamentos (-9,7%), produtos de metal (-10,5%), borracha e plástico (-10,5%), alimentos e bebidas (-2,7%), outros produtos da indústria de transformação (-11,7%), minerais não-metálicos (-7,3%), metalurgia básica (-11,3%), vestuário (-5,7%), produtos têxteis (-7,6%), calçados e couro (-7,4%), papel e gráfica (-4,6%), refino de petróleo e produção de álcool (-8,0%) e madeira (-8,4%).

No índice acumulado nos oito meses de 2015, houve recuo de 6,2% no número de horas pagas, com os 18 setores pesquisados apontando redução.

Os impactos negativos mais relevantes na média global da indústria foram verificados nos ramos de meios de transporte (-11,2%), produtos de metal (-10,8%), máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (-12,2%), máquinas e equipamentos (-7,9%), alimentos e bebidas (-2,7%), outros produtos da indústria de transformação (-9,9%), calçados e couro (-9,3%), vestuário (-5,1%), metalurgia básica (-8,9%), borracha e plástico (-4,6%), minerais não-metálicos (-4,3%), papel e gráfica (-4,4%) e refino de petróleo e produção de álcool (-8,6%).

Os sinais de menor dinamismo também ficaram evidentes no confronto dos quatro primeiros meses do ano com o do período maio-agosto de 2015, ambas as comparações contra iguais períodos do ano anterior, em que tanto o pessoal ocupado assalariado (de -4,8% para -6,4%) como o número de horas pagas na indústria (de -5,4% para -6,9%) acentuaram o comportamento negativo, acompanhando o movimento de queda observado na produção industrial, que passou de -6,3% para -7,5% nesse período.

Folha de pagamento real recua

Em agosto de 2015, o valor da folha de pagamento real dos trabalhadores da indústria ajustado sazonalmente recuou 1,3% frente ao mês imediatamente anterior, segundo resultado negativo consecutivo, acumulando nesse período redução de 3,1%.

No índice desse mês, verifica-se a influência negativa da indústria de transformação (-0,9%), que permaneceu apontando taxas negativas pelo oitavo mês seguido, já que o setor extrativo mostrou expansão de 2,1%, após recuar 22,5% no mês anterior.

Com esses resultados, o índice de média móvel trimestral para o total da indústria assinalou recuo de 0,6% no trimestre encerrado em agosto de 2015 frente ao patamar do mês anterior e prosseguiu com a trajetória descendente iniciada em fevereiro último.

O valor da folha de pagamento real recuou 8,4% no índice mensal de agosto de 2015, 15ª taxa negativa consecutiva neste tipo de confronto e a mais intensa desde maio último (-9,8%).

No índice acumulado para os oito meses de 2015, o valor da folha de pagamento real da indústria assinalou redução de 6,5%, ritmo de queda mais elevado do que o observado no primeiro semestre do ano (-6,2%), ambas as comparações contra iguais períodos do ano anterior.

A taxa anualizada, índice acumulado nos últimos 12 meses, ao mostrar redução de 5,6% em agosto de 2015, apontou o resultado negativo mais intenso desde o início da série histórica e permaneceu com a trajetória descendente iniciada em janeiro de 2014 (1,6%).

Na comparação com igual mês do ano anterior, o valor da folha de pagamento real mostrou queda de 8,4% em agosto de 2015, com resultados negativos nos 18 ramos investigados, com destaque para meios de transporte (-13,3%), alimentos e bebidas (-5,2%), máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (-12,0%), máquinas e equipamentos (-5,8%), metalurgia básica (-11,5%), produtos de metal (-9,3%), borracha e plástico (-9,4%), outros produtos da indústria de transformação (-13,7%), papel e gráfica (-7,2%), produtos têxteis (-12,2%), minerais não-metálicos (-8,0%), produtos químicos (-4,4%), indústrias extrativas (-5,7%), calçados e couro (-11,9%), vestuário (-7,3%) e refino de petróleo e produção de álcool (-6,3%).

No índice acumulado nos oito meses de 2015, o valor da folha de pagamento real assinalou redução de 6,5%, com taxas negativas nas 18 atividades pesquisadas, pressionado, principalmente, pelas quedas vindas de meios de transporte (-11,4%), máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (-11,7%), máquinas e equipamentos (-6,0%), alimentos e bebidas (-3,6%), produtos de metal (-10,5%), metalurgia básica (-9,6%), indústrias extrativas (-6,5%), borracha e plástico (-5,8%), outros produtos da indústria de transformação (-8,8%), calçados e couro (-9,7%), refino de petróleo e produção de álcool (-6,4%), papel e gráfica (-2,9%), minerais não-metálicos (-3,2%), produtos têxteis (-4,5%) e produtos químicos (-1,6%).

Rio Tinto eleva embarques de minério de ferro apesar de riscos na China

16/10/2015 – Fonte: R7

A mineradora Rio Tinto registrou um aumento de 17 por cento nos embarques de minério de ferro no terceiro trimestre edisse que está no caminho de cumprir a meta de 340 milhões de toneladas para o ano, minimizando riscos de um crescimento econômico mais lento na China.

Em um sinal de que condições de mercado poderiam estar melhorando, a mineradora usou estoques --4 milhões de toneladas a partir de suas operações na Austrália e 1 milhão de toneladas na unidade canadense--, após a produção ter ficado aquém dos embarques.

A Rio Tinto embarcou 91,3 milhões de toneladas no trimestre, superando a produção de 86,1 milhões de toneladas, mostraram dados divulgados na noite de quinta-feira.

"Claramente, o mercado de minério de ferro está razoavelmente apertado", disse o analista de mineração na Shaw Stockbroking Peter O'Connor, em uma nota aos clientes.

Assim, a anglo-australiana Rio Tinto poderia se manter estável no ranking ante a brasileira Vale, ficando à frente da BHP Billiton. A Vale divulga relatório de produção na próxima segunda-feira.

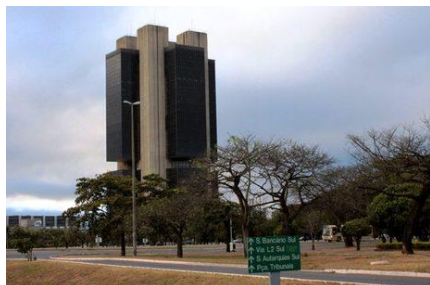
"Empresas como a Rio Tinto estão fazendo um monte de dinheiro com minério de ferro, porque elas podem produzir muito, então esperamos que a produção se mantenha crescente", disse o analista da MineLife Gavin Wendt.

Um excesso mundial de minério e a queda da demanda por aço na China arrastaram os preços do minério de ferro para baixo ante os quase 200 dólares por tonelada de 2011. O preço deverá cair a 50 dólares ao longo dos próximos dois anos, mostrou uma pesquisa da Reuters.

As grandes mineradoras têm conseguido reduzir custos de produção de minério de ferro para cerca de 10-15 dólares por tonelada para enfrentar a deterioração dos preços.

Indicador da atividade econômica tem sexta queda consecutiva no ano

16/10/2015 – Fonte: R7



O IBC-BR (índice de atividade econômica), uma prévia do PIB (Produto Interno Bruto), soma de todas as riquezas produzidas no País, mostra que a economia nacional encolheu mais uma vez. No mês de agosto, o indicador teve a sexta queda seguida, de acordo com dados do BC (Banco Central).

O indicador dessazonalizado (no qual são descontados os efeitos que as diferentes épocas do ano têm sobre a economia), divulgado nesta sexta-feira (16), apresentou resultados negativos em todas as formas de comparação.

Entre julho e agosto, o indicador registrou um recuo de 0,76%, mais forte que a queda de 0,02% de junho para julho. Com isso, a trajetória de contração da atividade prossegue no País, em um ambiente marcado por ajuste fiscal, inflação alta, aperto da política monetária e aumento do desemprego.

Especialistas consultados pela Reuters estimavam queda 0,60%, segundo mediana de 17 projeções que variaram de queda de 0,20% a 1%.

No acumulado deste ano (de janeiro a agosto), o indicador acumula queda de 3,02% no ano. Já na comparação com o mesmo mês de 2014, o IBC-Br registra queda de 4,85%, e mostra perda de 2,28% em 12 meses.

O IBC-Br é uma forma de antecipar os resultados da atividade econômica brasileira. Assim como o cálculo oficial de todas as produções do País, o IBC-Br analisa as estimativas nos três setores básicos da economia: serviços, indústria e agropecuária, além dos impostos sobre os produtos.

A diferença fica por conta da divulgação dos resultados. Enquanto o índice do BC é revelado mensalmente, o resultado oficial do governo é divulgado trimestralmente.

O acompanhamento do indicador é considerado importante pelo BC para que haja maior compreensão da atividade econômica, além de contribuir para as decisões do Copom (Comitê de Política Monetária), responsável por definir a taxa básica de juros, a Selic.

Governo investiga Fiat Chrysler e Laboratório Teuto por infrações ao consumidor

16/10/2015 – Fonte: R7

O Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), órgão da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça, instaurou processos administrativos contra as empresas Ser Glass Vidros Blindados, Laboratório Teuto Brasileiro e FCA Fiat Chrysler Automóveis Brasil para investigar supostas infrações ao Código de Defesa do Consumidor. O Laboratório Teuto é alvo de dois processos.

As empresas foram notificadas por meio de despachos no Diário Oficial da União (DOU). Elas têm 10 dias para apresentar defesa.

Os documentos divulgados não descrevem as eventuais irregularidades que as companhias teriam cometido, apenas citam haver indícios de infração a trechos do Código que tratam de saúde, proteção e segurança do consumidor.

Gás de bujão, gasolina e tarifa de ônibus pesam no orçamento semanal

16/10/2015 – Fonte: R7



A inflação medida pelo IPC-S (Índice de Preços ao Consumidor Semanal) apresentou variação de 0,66% na semana de 15 de outubro, 0,03 ponto percentual (p.p.) acima da taxa registrada na última divulgação, de acordo com dados divulgados pela FGV (Fundação Getulio Vargas) nesta sexta-feira (16).

Nesta apuração, três das oito classes de despesa componentes do índice apresentaram acréscimo em suas taxas de variação. A maior contribuição partiu do grupo transportes (0,73% para 1,17%). Nesta classe de despesa, vale destacar o comportamento do item gasolina, cuja taxa passou de 0,68% para 1,71%.

Também registraram acréscimo em suas taxas de variação os grupos: habitação (0,67% para 0,71%) e educação, leitura e recreação (0,48% para 0,54%). Nestas classes de despesa, vale destacar o comportamento dos itens: gás de bujão (10,49% para 11,35%) e salas de espetáculo (1,18% para 1,98%), respectivamente.

Em contrapartida, apresentaram decréscimo em suas taxas de variação os grupos:

- Alimentação (0,72% para 0,52%),
- Saúde e Cuidados Pessoais (0,57% para 0,54%),
- Vestuário (0,78% para 0,68%),
- Despesas Diversas (0,10% para 0,06%) e
- Comunicação (0,18% para 0,15%).

Nestas classes de despesa, os destaques partiram dos itens: hortaliças e legumes (-5,22% para -8,60%), perfume (0,49% para -0,08%), roupas (0,79% para 0,67%), alimentos para animais domésticos (0,26% para -0,32%) e mensalidade para tv por assinatura (1,41% para 1,28%), respectivamente.

CCJ pode criar regras sobre descon sideração de negócios para reduzir tributos

16/10/2015 – Fonte: Senado Notícias



A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) está pronta para votar projeto de lei ([PLS 537/2015](#)) do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) que altera o Código Tributário Nacional ([Lei 5.172/1966](#)) para estabelecer regras e procedimentos voltados à descon sideração de atos e negócios jurídicos realizados por empresas com a intenção de reduzir ou se livrar do pagamento de tributos.

A proposta tem parecer favorável do relator, senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), e vai passar por votação final na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Segundo argumentou Ferraço no projeto, essa falta de normatização vem prejudicando tanto a fiscalização tributária, que teria de recorrer a meios indiretos para investigar eventuais fraudes ou simulações no registro do fato gerador ou da natureza do tributo devido, quanto o empresário sob suspeição, obrigado a responder a um processo administrativo-fiscal sobre uma prática ainda não regulamentada e a provar que o ato questionado é legal e justo.

“Essa lacuna legislativa, portanto, acarreta prejuízo para ambas as partes. A Fazenda Pública, desprovida do instrumental normativo adequado, termina, muitas vezes, por ver frustrada sua atividade fiscalizadora. E o contribuinte, nesse cenário de insegurança jurídica, vê-se limitado em sua atuação empresarial”, ponderou o peemedebista.

Desconsideração

De acordo com a proposta, "são passíveis de desconsideração os atos ou negócios jurídicos que visem ocultar os verdadeiros aspectos do fato gerador ou a real natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, com a finalidade de reduzir o valor de tributo ou de evitar ou postergar o seu pagamento.

" É necessário esclarecer, no entanto, que acertos como esses só poderão ser desconsiderados se ficar caracterizada uma das seguintes situações: falta de propósito negocial ou abuso de forma.

"Buscamos, quanto ao conceito de dissimulação, alcançar os atos ou negócios jurídicos que, ainda que lícitos, não tenham propósito negocial algum ou representem abuso de forma jurídica.

Em ambas as hipóteses, a empresa celebra um negócio que, em vez de visar a realização de seu fim social, serve meramente para evitar ou postergar o pagamento de tributo. Dessa forma, ao delimitar claramente o objeto da Lei, dá-se segurança para o contribuinte no desempenho de suas atividades empresariais", explicou Ferraço.

Ônus da dupla prova

O autor do projeto assinala ainda a preocupação em manter o direito do contribuinte investigado à ampla defesa e ao contraditório na apresentação de suas razões à autoridade fiscal. Em contrapartida, impõe à administração tributária o ônus da dupla prova nos processos de desconsideração de atos e negócios jurídicos empresariais.

Nesses casos, caberá ao poder público provar a ocorrência do fato gerador alvo de questionamento e evidenciar a intenção de dissimulação pela empresa. O PLS 537/2015 também garante ao contribuinte utilizar valores já pagos por conta dos atos ou negócios jurídicos desconsiderados para abater do montante do novo débito apurado.

Ao recomendar a aprovação do projeto, Randolfe classificou a iniciativa como um "passo fundamental rumo à evolução das relações entre o Fisco e os contribuintes pessoas jurídicas."

"O PLS em análise preenche a lacuna ao definir os contornos da atuação lícita tanto da autoridade fiscal como do empresário, em um texto bem redigido e equilibrado", afirmou o relator no parecer.

Atividade econômica cai 0,76% em agosto

16/10/2015 – Fonte: Agência Brasil



Os dados do IBC-Br foram divulgados hoje (16) pelo Banco Central. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) apresentou queda de 0,76% em agosto, na comparação com julho. Esse dado é dessazonalizado (ajustado para o período). O IBC-Br foi divulgado hoje (16) pelo Banco Central (BC).

De acordo com os dados revisados em julho, comparado ao mês anterior, a atividade econômica ficou praticamente estável (-0,01%). Neste ano, houve crescimento somente em maio (0,03%) e em fevereiro (0,57%).

Em agosto, comparado ao mesmo mês de 2014, houve de queda de 4,47%, de acordo os dados sem ajustes, pois a comparação é feita entre meses iguais.

Nos oito meses do ano, em relação ao igual período de 2014, houve queda de 2,99%. Em 12 meses encerrados em agosto, a retração chegou a 2,16% (dados sem ajuste).

O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica brasileira a cada mês. Mas o indicador oficial sobre o desempenho da economia é o Produto Interno Bruto (PIB), elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgado trimestralmente. Na avaliação do [mercado financeiro](#), o PIB deve ter queda de 2,97%, este ano.

Com crise, empresas vendem R\$ 150 bilhões em ativos no Brasil

16/10/2015 – Fonte: Época Negócios



Algumas das grandes empresas brasileiras saíram menores da crise e outras poderão até ficar pelo caminho. Neste momento, cerca de R\$ 150 bilhões em ativos estão à venda no Brasil, segundo cálculos internos feitos por bancos de investimento, obtidos pelo Broadcast, serviço em tempo real da Agência Estado. A cifra equivale a praticamente um Itaú em valor de mercado ou a meia Ambev.

O encolhimento das empresas tem dois motivadores: as investigações da Operação Lava Jato, que devem fazer até com que algumas empreiteiras saiam de cena, e o conservadorismo, buscado naturalmente em tempos de crise.

O maior plano de desinvestimento é o da Petrobras. A estatal tem em pauta um ambicioso plano de venda de ativos, com estimativa de levantar US\$ 15,1 bilhões em 2015 e 2016. "No fim do processo, a Petrobras voltará a ser uma empresa de produção e exploração de petróleo", disse o executivo de um banco nacional.

A abertura de capital da subsidiária BR Distribuidora, em uma oferta inicial de ações (IPO) de cerca de R\$ 7 bilhões, ainda aguarda uma janela de oportunidade na Bolsa. No pacote de desinvestimento da estatal, estão também usinas térmicas e participações no controle de distribuidoras estaduais de gás natural.

As térmicas estão na categoria de ativos considerados de grande liquidez, razão pela qual a Engevix vendeu sua fatia no controle da Desenvix para a Statkraft Investimentos.

Outra empresa do setor elétrico com ativos à venda é a Eletrobras. A companhia, que enfrenta dificuldades desde 2012, quando o governo mudou o modelo de concessão de geração do país, tem acumulado prejuízos anuais e pretende vender a distribuidora Celg ainda este ano.

A CSN é outra empresa que deve sair da crise focada em três negócios: siderurgia, mineração e cimento. Hoje, a empresa também atua em logística e energia. Já a Vale vem reorganizando seu portfólio, com o intuito de manter os ativos mais geradores de caixa.

"Muitas empresas adotaram uma postura de crescimento inorgânico, via aquisições, nos últimos anos. Agora o cenário reverteu dramaticamente e a crise está fazendo com que as empresas revejam seus portfólios, voltando-se a um negócio mais rentável", disse o executivo de um banco estrangeiro, envolvido na venda de alguns ativos.

Portfólio menor

Constituída por uma série de aquisições, a Hypermarchas está mudando de direção. Nos últimos anos, a empresa se concentrou em um forte processo de redução dos níveis de endividamento e enxugamento do portfólio de marcas, processo que ganhou mais importância agora.

No momento, a companhia procura alternativas para sua unidade de fraldas. A empresa se reposicionou de tal forma que, internamente, já se questiona se o nome "Hypermarchas" reflete sua realidade, cada vez mais voltada ao setor farmacêutico.

Com a crise batendo no varejo, o processo de desinvestimento chegou aos shoppings centers. A General Shopping vendeu o Shopping Light, em abril, e deve acelerar o processo nos próximos meses para quitar dívidas corporativas, enquanto busca outras alternativas, como emissão de ações com esforços restritos, para captar recursos com mais agilidade.

Ainda no setor, a operadora REP é uma das companhias que pode mudar de dono para capitalizar seu controlador, a PDG Realty, que vem sofrendo com a baixa no mercado imobiliário.

Além da venda de ativos, há empresas optando por fechar unidades de negócios menos rentáveis. É o caso, por exemplo, da Lojas Marisa, que desistiu de prosseguir com as vendas diretas para estancar a sangria de caixa que a iniciativa vinha provocando. No mesmo setor, todas as grandes redes têm sinalizado intolerância a lojas com performance pior que a média.

A varejista de moda C&A, por exemplo, anunciou o fechamento de duas lojas em shoppings grandes no país. Via Varejo e Magazine Luiza também já informaram maior cautela na avaliação das lojas.

"Em um cenário de queda de receita as empresas tentam proteger minimamente a rentabilidade e até mesmo a sobrevivência", diz o professor de Economia do Ibmecc/RJ, Daniel Sousa. Segundo ele, negócios que já não eram muito rentáveis ficam inviáveis nesse contexto.

Lava Jato

As investigações da Polícia Federal nos maiores grupos brasileiros de construção e óleo e gás levaram boa parte dessas companhias a rever operações. A OAS, em recuperação judicial, tenta se desfazer de ativos nos segmentos de infraestrutura, ambiental e estádios, para se concentrar em construção.

O Grupo Schahin anunciou, ao entrar com pedido de recuperação judicial de 28 empresas, que se concentraria na área de petróleo e gás, abandonando atividades de engenharia e construção. Mesmo assim, no plano de recuperação judicial, mencionou a venda de três navios-sonda.

A Galvão Engenharia colocou à venda participações da Galpar no capital social da CAB Ambiental (de 66,58%) e no capital social da Concessionária Galvão BR-153 (de 100%). Também se comenta a venda de ativos de geração hidrelétrica e eólica.

A Odebrecht, que teve a construtora citada na Lava Jato, também procura fazer caixa e teria oferecido no mercado operações de energia renovável.

"Essas empresas tinham negócios grandes com o governo e dependiam de crédito para tocar essas obras. O governo parou de pagar e o crédito secou. Como elas não têm caixa para fazer frente às obrigações, estão vendendo seus ativos", afirmou o consultor Riccardo Gambarotto, sócio da consultoria RGF & Associados. Gambarotto ressalta que, além das empresas diminuindo de tamanho, a crise econômica fez muitos empresários colocarem a companhia inteira à venda.

"Vender ativos é um privilégio de poucos. Os pequenos não têm o que vender e só podem fazer ajustes operacionais, como cortar custo, ou vender a empresa inteira."

Sem-teto ajudam greve dos bancários com piquetes e vigilância nas agências

16/10/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

Integrantes do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) estão apoiando ativamente a greve dos bancários, que completa 11 dias nesta sexta-feira (16). Eles fazem piquetes na porta das agências e auxiliam os grevistas, atuando como vigilantes.

Em dez agências visitadas pela **Folha** na quarta-feira na região da avenida Paulista, centro de São Paulo, membros do MTST resguardavam a entrada e orientavam funcionários e clientes sobre o estado de greve. Em algumas agências os militantes estavam sozinhos; em outras, acompanhados de bancários.

O líder do MTST e colunista da **Folha**, Guilherme Boulos, confirmou a orientação para apoiar a greve em todo o país, não somente em São Paulo. "Existem objetivos comuns [entre o MTST e o Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e região] e, por isso, o movimento ajuda ativamente a paralisação."

O apoio foi declarado publicamente no site do sindicato no início da greve. "Demonstraremos nossa solidariedade orientando a militância sem-teto a contribuir com a greve, com apoio aos piquetes e todas as outras formas que sejam necessárias."

Em maio deste ano, MTST e sindicato fizeram uma proposta ao governo para pedir redução da alíquota do recolhimento compulsório sobre a poupança de 20% para 15%, condicionada a financiar moradias populares.

"Temos essa troca política. Nós defendemos o que eles defendem e eles defendem o que nos defendemos", afirma Juvandia Moreira, presidente do sindicato.

"O MTST colocou alguns militantes à disposição. Eles vêm nos dias que podem, não sei de onde ou como", diz a dirigente sindical.

Segundo integrantes do movimento, que preferem não ter seus nomes publicados, vans do sindicato vão até ocupações lideradas pelo MTST para buscar os manifestantes.

De uma ocupação em Mauá, região metropolitana de São Paulo, por exemplo, seis conduções saem por dia para a região da Paulista. Além do transporte, o sindicato fornece lanche, suco e frutas.

Boulos afirma que não há pagamento em dinheiro pelo apoio e não sabe informar quantos militantes ajudam na greve. A solidariedade à paralisação também é feita por outras categorias profissionais e movimentos sociais.

Nesta sexta-feira, bancários e petroleiros, duas categorias profissionais em campanha salarial, fazem ato na Paulista, a partir de 15h.

Também participarão do protesto trabalhadores do setor de alimentação, integrantes do MPA (movimento de pequenos agricultores) e do MST, que reúne os rurais sem terra.

"Recebemos a solidariedade de movimentos e categorias assim como já levamos também nosso apoio aos metalúrgicos do ABC. Levamos água e comida em um acampamento deles [contra demissões em empresas da região]", afirma a presidente do sindicato.

ADESÃO À GREVE

Os bancários pedem reajuste de 16% (inclui aumento real de 5,7%) e os bancos ofereceram 5,5%.

A paralisação em São Paulo mobilizou nesta quinta cerca de 60 mil bancários, segundo o sindicato, em 818 locais de trabalho. A entidade representa 142 mil trabalhadores do setor.

De acordo com a Contraf-CUT, no país a greve afeta 11.818 agências e 44 centros administrativos em 26 estados e no Distrito Federal.

A federação dos bancos não fornece a adesão ao movimento nem as atividades afetadas.

Sinduscon-MG critica aumento do ICMS

16/10/2015 – Fonte: Diário do Comércio

O Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais (Sinduscon-MG) reforçou o coro contra a política de aumento da carga tributária do governo de Minas Gerais.

De acordo com o presidente da entidade, André de Sousa Lima Campos, o Decreto 46.859/2015, de 1º de outubro, do Executivo, que revogou a redução de alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), na prática representou um aumento de impostos. "O governo, tanto estadual quanto federal, está na contramão do que seria certo", ressaltou.

Segundo o presidente do Sinduscon-MG, enquanto as pessoas e as empresas estão tentando se enquadrar na nova realidade econômica, investindo em ganhos de eficiência, corte de custos e até de pessoal, "o governo, que deveria ser um indutor de boas práticas e enxugar a máquina, aumenta os impostos e sacrifica o setor produtivo".

"A única saída para a crise é fomentar o setor produtivo, mas o que vemos é o contrário", afirmou Campos. Segundo ele, a revogação da redução das alíquotas do ICMS, que havia sido implementada em 2006 pela Lei Estadual 15.956/2006 e pelo Decreto 44.206/2006, vai incidir diretamente no bolso do consumidor, na medida que "tudo será repassado para o valor final do imóvel".

"Com isso se perde duas vezes. Primeiro no aumento direto do material e, depois, indiretamente, no momento em que tudo fica mais caro, o consumidor também perde sua capacidade de financiamento e em um momento quando os bancos estão restringindo o crédito. Além disso, o mercado imobiliário hoje é lastreado nos financiamentos", explicou.

A revogação da redução da alíquota do ICMMS impactou sobre mais de 150 produtos, que tiveram o imposto elevado. Dentre eles estão materiais de construção, materiais elétricos, blocos pré-fabricados, ardósia, granito e mármore. O tributo também ficará maior nos produtos das indústrias farmacêutica, de máquinas agrícolas, de produtos de limpeza e higiene, de materiais escolares, de itens de informática e têxtil.

Retração - Na avaliação do presidente do Sinduscon-MG, a nova política tributária do governo de Minas Gerais irá gerar como resultado a perda de renda da população e redução de investimentos no Estado.

A consequência, conforme Lima Campos, será uma maior retração da economia de Minas, inclusive a patamares piores do que a média nacional. Na prática, isso significaria mais desemprego, menos produção e renda e, conseqüentemente, menos arrecadação.

Em 30 de setembro, o Projeto de Lei 2.817/2015 foi enviado pelo Executivo e foi aprovado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). A medida aumentou a incidência de ICMS sobre bebidas, alimentos, eletrônicos, serviços de comunicação e energia elétrica.

Na ocasião, o Sinduscon-MG já havia se posicionado contra a lei por entender que, no momento de crise, os esforços devem se concentrar no estímulo à atividade produtiva.

"A cadeia da construção civil é importante porque é muito extensa e gera milhares de empregos diretos e indiretos. Só para se ter uma ideia, neste ano a projeção é que tenhamos uma perda de 7% da receita do setor em Minas em relação à do exercício passado", afirmou o presidente da entidade.

Grandes empresas apostam na verticalização

16/10/2015 – Fonte: Diário do Comércio

Se cortar custos e aumentar a produtividade já era parte da estratégia das empresas brasileiras, na crise essas duas metas viraram um mantra, repetido exaustivamente por empreendedores e executivos. Como parte desse movimento, há companhias aumentando suas apostas na verticalização e levando para dentro de casa processos que antes estavam nas mãos de terceiros.

Algumas passaram a correr atrás disso depois que a situação econômica começou a apertar. Outras já estavam com projetos engatilhados há mais tempo e estão se beneficiando agora dos ganhos de margem que, em momentos de retração, podem fazer a diferença.

"O caso, por exemplo, da divisão de agronegócios da Algar, que responde por 43% da receita do grupo mineiro. Em setembro, a empresa encerrou o contrato com a fornecedora de embalagem para o óleo de soja e passou a fabricar internamente, depois de investir R\$ 40 milhões em uma fábrica, que tem capacidade de produzir 25 milhões de unidades/mês.

"Quando esse projeto começou o sentimento de crise ainda não era tão profundo como é hoje, mas digamos que foi tudo providencial", diz o CEO da Algar Agro, Murilo Braz Sant'Anna. "Em momentos de baixo crescimento, o mercado não está disposto a te dar margem e remunerar com preço. "Preciso fazer a tarefa dentro de casa." Embora não revele quanto conseguiu economizar com a mudança, Sant'Anna ressalta que a embalagem representa 25% do custo do produto.

Outra companhia que também está buscando fazer mais dentro de casa é a fabricante de biscoitos e massas M.Dias Branco. A empresa investiu R\$ 250 milhões no primeiro

semestre deste ano, valor que contemplou a construção de dois novos moinhos de trigo e aquisição de outra unidade.

Na divulgação de resultados do segundo trimestre, a indústria informou que 78,1% da farinha consumida pela companhia é produzida em moinhos próprios, índice que era de 72,4% no mesmo período do ano passado. Para gorduras, o percentual aumentou de 59,9% para 92,5% no mesmo período. A empresa informou, em relatório trimestral, que a maior verticalização da produção trouxe reduções de custo.

"Uma vantagem competitiva para as fabricantes de biscoito ser donas de moinho. Elas têm controle do preço da matéria-prima e têm um custo mais competitivo", explicou o presidente da consultoria Naxentia, Vincent Baron.

Peças - Na pequena cidade de Pomerode, em Santa Catarina, a alemã Netzsch Moagem investiu R\$ 20 milhões para produzir internamente peças que eram obtidas com um grupo de cerca de 50 fornecedores.

Agora, a fábrica onde são produzidos equipamentos para a indústria de alimentos, de tinta e para agronegócios, tem 9,5 mil metros quadrados - área que é três vezes maior que a original. "O investimento foi feito para reduzir custos e aumentar o controle da empresa sobre a qualidade do produto", afirmou o diretor geral da empresa, Giuliano Albiero. "Nosso custo de produção caiu 8%."

Antes da inauguração da fábrica, em julho, entre 70% e 80% das peças eram feitas em fábricas de parceiros. Hoje, esse número caiu para cerca de 30%. O prazo médio de produção caiu de quase quatro meses para dois meses com a verticalização.

Albiero destaca, no entanto, que não vale a pena para a indústria produzir todas as suas peças. "Nosso negócio é suscetível à economia. Se aumentamos a capacidade, temos de sustentar essa estrutura mesmo se não houver demanda."

A 30 km de Pomerode, em Jaraguá do Sul, a fabricante de motores WEG já adota essa estratégia há muito tempo. No passado, a empresa já teve de produzir tudo que fosse possível dentro de casa, por falta de fornecedores na região. "Hoje é uma estratégia. Tudo que tem tecnologia e podemos agregar valor fazemos na nossa fábrica", disse o diretor superintendente da WEG Motores, Luis Alberto Tiefensee.

Ele explica, no entanto, que a empresa de motores precisa de escala para viabilizar a produção dos componentes internamente. Assim, algumas de suas subsidiárias nascem abastecidas por fornecedores locais e, só depois que o negócio ganha escala, a companhia investe na verticalização.

Produtor de ferro-gusa de níquel na indonésia deve triplicar capacidade até maio

16/10/2015 – Fonte: R7

Uma unidade da produtora de aço chinesa Tsingshan Group deve triplicar sua capacidade de produção de ferro-gusa de níquel na Indonésia até maio, disse um executivo, conforme a nação ao sudeste da Ásia tenta extrair mais lucros de sua riqueza mineral.

Usinas de aço inoxidável chinesas muitas vezes alimentam os fornos com ferro-gusa de níquel para fortalecer seu produto, como uma alternativa mais barata frente ao níquel refinado.

Isso significa que uma maior produção de ferro-gusa de níquel poderia ajudar a esfriar os ânimos dos que tinham esperanças de uma retomada dos preços internacionais do níquel ante mínimas de seis anos.

"Em maio do próximo ano, vamos ter uma capacidade instalada de 900 mil toneladas de ferro-gusa de níquel", disse o CEO do Tsingshan Bintangdelapan Group, Alexander Barus. A expansão da unidade da empresa na ilha de Sulawesi vai tornar a companhia a maior produtora do país. A fábrica tem operado a entre 60 e 70 por cento de sua atual capacidade de 300 mil toneladas, disse Barus.

O executivo disse que a expansão do projeto não teve o cronograma alterado devido aos baixos preços do níquel, que nesta semana ficaram próximos de 10.400 dólares por tonelada. Ele espera que o preço volte a um patamar de 12.000 a 13.000 dólares nos próximos seis meses, com uma melhora da economia global.

"Estamos produzindo sob perdas agora, mas esse é um meio de entrar em uma área em que no futuro seremos competitivos", ele disse. "Por enquanto, estamos dentro de nossa programação".

Cobre recua em Londres e NY com preocupação sobre demanda chinesa

16/10/2015 – Fonte: Isto É Dinheiro

Os futuros de cobre operam em baixa em Londres e Nova York, pressionados mais uma vez por preocupações com a demanda futura da China, o maior consumidor mundial de metais básicos.

Por volta das 9h (de Brasília), o cobre para três meses negociado na London Metal Exchange (LME) caía 0,8%, a US\$ 5.268,00 por tonelada. Na Comex, a divisão de metais da bolsa mercantil de Nova York (Nymex), o cobre para dezembro tinha queda de 1,49%, a US\$ 2,3870 por libra-peso, às 9h25 (de Brasília).

Nesta semana, a China divulgou uma queda maior do que se previa nas importações de setembro. Números recentes da inflação chinesa também vieram aquém da expectativa, reforçando temores sobre a desaceleração do gigante asiático.

Sozinha, a China responde por cerca de 45% da demanda global por cobre.

"O sentimento nos mercados de metais é pressionado por dados chineses fracos desta semana e agora os investidores aguardam a divulgação do PIB chinês do terceiro trimestre na segunda-feira, que provavelmente trará novos indícios da fraqueza da economia", comentou Michael Hewson, analista da CMC Markets.

Entre outros metais na LME, o tom era predominantemente negativo. O alumínio para três meses recuava 0,6%, a US\$ 1.564,50 por tonelada, o zinco perdia 0,9%, a US\$ 1.811,00 por tonelada, o níquel cedia 0,1%, a US\$ 10.555,00 por tonelada, e o estanho tinha baixa marginal de 0,03%, a US\$ 16.000,00 por tonelada. A exceção era o chumbo, que subia 0,7%, a US\$ 1.807,50 por tonelada.

Worldsteel reelege presidente do conselho para período até 2016

16/10/2015 – Fonte: Sictel

A Worldsteel Association reelegeu ontem Wolfgang Eder, presidente da siderúrgica austríaca Voestalpine, para presidir o conselho de administração da entidade. O executivo já comandava o colegiado e vai permanecer no cargo por mais um ano, até outubro de

2016. A eleição ocorreu durante a 49ª Conferência Anual da associação, realizada este ano em Chicago, EUA.

O conselho ainda será composto por John Ferriola como vice-presidente - o executivo preside a Nucor, uma das maiores produtoras de aço dos Estados Unidos - e Eiji Hayashida, da japonesa JFE, que continua como tesoureiro do colegiado.

Pelas regras da associação, que reúne informações de siderúrgicas dos 65 principais países fabricantes, o vice-presidente do conselho deveria assumir o posto máximo da entidade ao fim do mandato. André Gerdau era vice-presidente, mas acabou deixando o conselho para integrar apenas o comitê executivo.

De acordo com a Gerdau, foi o momento atual do setor no Brasil que levou à decisão do executivo em não assumir o cargo. Em razão dos desafios e a relevância do mercado brasileiro para a Gerdau, André Gerdau Johannpeter decidiu focar-se exclusivamente na condução dos negócios da empresa, não assumindo a posição de chairman da Worldsteel Association, conforme anteriormente programado - disse a empresa, em nota.

O executivo seria o primeiro brasileiro a assumir o comando do conselho da Worldsteel. A Worldsteel também definiu a nova composição do comitê executivo para o período 2015-2016. Integram o quadro, além de Eder, Ferriola, Hayashida e André Gerdau, executivos de ThyssenKrupp, JSW, Posco, US Steel, ArcelorMittal, do grupo Techint, da Nippon Steel & Sumitomo Metal, da chinesa Baosteel, e Edwin Basson, que é o atual diretor-geral da entidade.

Na segunda-feira, primeiro dia da conferência em Chicago, foram divulgadas as projeções da entidade para a demanda por produtos de aço neste ano e no próximo. Em 2015, a Worldsteel acredita que o consumo vá cair 1,7%, para 1,51 bilhão de toneladas.

Esse volume, porém, deve ter leve alta de 0,7% em 2016, para 1,52 bilhão de toneladas. A estimativa anterior da associação era de um avanço de 0,5% para este ano e de 1,4% em 2016.

"Com a desaceleração da China, também enfrentamos baixo investimento, turbulência do mercado financeiro e conflitos geopolíticos em muitas regiões em desenvolvimento", afirmou Hans Jürgen Kerkhoff, do comitê de Economia da associação.

"A indústria do aço está experimentando um período de baixo crescimento, que vai durar o tempo que for necessário até que outras regiões em desenvolvimento tenham tamanho ou força suficientes para produzir outro grande ciclo de crescimento."

Minério de ferro na China tem maior queda semanal desde julho

16/10/2015 – Fonte: R7

Os preços spot do minério de ferro caíram para o menor nível em mais de dois meses, com a maior perda semanal desde julho, conforme um sentimento baixista toma conta de um mercado tomado por um excesso de oferta e demanda fraca da China por aço.

O enfraquecimento do mercado de aço na China tem puxado os contratos futuros do vergalhão em Xangai para o menor nível desde o lançamento do produto, em 2009, pesando sobre os preços de sua matéria-prima, o minério de ferro, que perdeu um quarto neste ano e caminha para o terceiro ano de baixa.

No entanto, usinas chinesas ainda não cortaram a produção fortemente, com mais produtores exportando. A produção chinesa de aço bruto tem queda de apenas 2 por cento entre janeiro e agosto.

"Ainda acreditamos que o mercado pode cair, mas enquanto houver apetite pelos embarques, o mercado vai ser interessante", disse um operador de minério de ferro baseado em Xangai. "Apesar das perdas, as usinas seguem produzindo".

Do lado da oferta, mineradoras globais continuam a produzir carregamentos de baixo custo. A Rio Tinto, segunda maior produtora de minério de ferro do mundo, disse que seus embarques no terceiro trimestre subiram 17 por cento, para 91,3 milhões de toneladas, e que caminha para atingir sua meta de 340 milhões de toneladas para o ano.

O minério de ferro para entrega imediata no porto de Tianjin, na China, caiu 0,6 dólar, para 52,60 dólares a tonelada nesta sexta-feira, o menor nível desde o final de julho.

Produção de aço da Ucrânia vai cair 13% em 2015, dizem usinas

16/10/2015 – Fonte: R7

A siderúrgicas da Ucrânia, um dos maiores produtores de aço do mundo, informaram nesta quinta-feira que a produção de 2015 poderá cair 13 por cento, para 23,5 milhões de toneladas.

A produção do país caiu 20 por cento nos primeiros nove meses do ano, para 17,09 milhões de toneladas, principalmente devido ao conflito militar no leste ucraniano, onde a maior parte das usinas está localizada, informou a associação de produtores.

A expectativa é de que a produção de aço laminado caia 12 por cento, para 21 milhões de toneladas.

Em 2014, a produção da Ucrânia caiu 17 por cento, para 27,16 milhões de toneladas.

Novos Projetos de Lei

16/10/2015 – Fonte: FIEP

Departamento de Assuntos Legislativos

nº 31 . ano XI .15 de outubro de 2015

Índice

Novos Projetos de Lei Federal

Interesse Geral da Indústria

Regulamentação da Economia

Direito de Propriedade e Contratos

Possibilidades para prorrogação do prazo de suspensão das ações e execuções contra empresas em recuperação

PL 3110/2015 do deputado Cleber Verde (PRB/MA)

Integração Nacional

Utilização dos recursos da SUDECO

PLS-C 668/2015 do senador Wellington Fagundes (PR/MT)

Questões Institucionais

Observância dos atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas em todas as instâncias

PLS-C 543/2015 da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)

Restrição à venda de produtos para menores de 21 anos

PL 3198/2015 do deputado Newton Cardoso Jr (PMDB/MG)

Legislação Trabalhista

Outras Modalidades de Contratos

Incentivos tributários para contratação de egressos do sistema prisional

PL 3149/2015 do deputado Sóstenes Cavalcante (PSD/RJ)

Política Salarial

Proibição da abertura de conta para recebimento do salário sem permissão do interessado
PL 3187/2015 do deputado Alberto Fraga (DEM/DF)

Relações Individuais do Trabalho

Obrigação do empregado realizar apenas as atividades contratuais

PL 3156/2015 do deputado Carlos Bezerra (PMDB/MT)

Custo de Financiamento

Crédito Subsidiado

Limite mínimo para TJLP

PL 3189/2015 - Alexandre Baldy (PSDB/GO)

Infraestrutura

Prioridade para aquisi o de equipamentos de eficiência energética

PL 3091/2015 do deputado Adalberto Cavalcanti (PTB/PE)

Determina a bandeira verde para os Estados produtores de energia elétrica

PL 3121/2015 da deputada Mariana Carvalho (PSDB/RO)

Aplica o de multa indenizatória aos usuários prejudicados pela falha no fornecimento de energia elétrica

PL 3157/2015 da deputada Mariana Carvalho (PSDB/RO)

Sistema Tributário

Carga Tributária, Cria o de Tributos e Vincula o de Receitas

Revisão das bases de cáculo e atualiza o monetária do IPTU e ITBI

PLP 173/2015 do deputado Junior Marreca (PEN/MA)

Defesa do Contribuinte

Extin o do efeito suspensivo dos recursos voluntários contra decisões de primeira instância

PLS 544/2015 da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)

Interesse Setorial

Agroindústria

Regula o do registro, produ o e comercializa o de agrotóxicos

PL 3200/2015 do deputado Covatti Filho (PP/RS)

Indústria da Constru o Civil

Condi es de financiamento para constru o de edifícios urbanos com recursos da União

PL 3140/2015 da deputada Mariana Carvalho (PSDB/RO)

Indústria da Informática

Incentivo fiscal para oferta de estágio remunerado em atividades fabris ou intensivas em tecnologia da informa o

PL 3168/2015 da deputada Mariana Carvalho (PSDB/RO)

Indústria de Bebidas

Advertência no rótulo de bebidas alcoólicas sobre os riscos do consumo na gravidez

PL 3190/2015 do deputado Beto Salame (PROS/PA)

Indústria Farmac utica

Distribui o gratuita de medicamentos por farmácias privadas no âmbito do Programa Farmácia Popular

PLS 661/2015 do senador Raimundo Lira (PMDB/PB)

Novos Projetos de Lei Estadual

Questões Institucionais

Altera a reda o do artigo 1  da Lei Complementar n 83/1998

PLC 23/2015 de autoria do deputado Alexandre Curi (PMDB)

Assegura, incentiva e regulamenta o direito   manifesta o e   participa o política da sociedade civil, estabelecendo objetivos, princípios e limita es   atua o do Poder Público

PL 716/2015 de autoria do deputado Requião Filho (PMDB)

Lei Orçamentária Estadual

Estima a receita e fixa a despesa do orçamento geral do Estado para o exercício de 2016, em conformidade com a constitui o federal, a Constitui o do Estado do Paraná, a Lei

Federal nº 4.320/64, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e a Lei Estadual nº 18.532/2015, que estabelece as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei orçamentária do exercício financeiro de 2016

PL 715/2015 de autoria do Poder Executivo

Meio Ambiente

Gestão de resíduos sólidos

Dispõe sobre remoção de resíduos sólidos gerados em navios e embarcações que atracam na área portuária paranaense

PL 717/2015 de autoria do deputado Pedro Lupion (DEM)

Infraestrutura

Energia

Dispõe sobre os requisitos legais a serem cumpridos quando da autorização legislativa para a implantação de pequena central hidrelétrica – PCH e Central Geradora Hidrelétrica – CGH no âmbito do Estado do Paraná

PL 719/2015 de autoria do deputado Nereu Moura (PMDB)

Assuntos Econômicos

Direito do Consumidor

Dispõe sobre o cadastramento de senha para emissão de conta detalhada de serviço móvel de celular, pré ou pós-pago, bem como do cadastramento de uma senha pessoal e intransferível, para assegurar o direito a privacidade e sigilo das informações

PL 729/2015 de autoria do deputado Guto Silva (PSC)

Novos Projetos de Lei

16/10/2015 – Fonte: CNI

Estima a receita e fixa a despesa do orçamento geral do Estado para o exercício de 2016, em conformidade com a constituição federal, a Constituição do Estado do Paraná, a Lei Federal nº 4.320/64, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e a Lei Estadual nº 18.532/2015, que estabelece as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei orçamentária do exercício financeiro de 2016.

PL 715/2015 de autoria do Poder Executivo.

Estabelece receitas e fixa despesas para o exercício financeiro de 2016, no montante de R\$ 54.523.878.553,00 (cinquenta e quatro bilhões, quinhentos e vinte e três milhões, oitenta e setenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e três reais), que compreende: (i) orçamento fiscal, referente aos Poderes do Estado; (ii) Fundos; (iii) órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; (iv) orçamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná – RPPS; (v) orçamento de investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

A consolidação do Orçamento Fiscal, do RPPS, investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, observará as seguintes dotações:

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA

	RECEITA	DESPESA	SUPERÁVIT
ORÇAMENTO FISCAL	44.183.521.650	43.333.521.650	850.000.000
ORÇAMENTO DO RPPS	7.195.069.053	8.045.069.053	850.000.000
ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	3.145.287.850	3.145.287.850	-
TOTAL	54.523.878.553	54.523.878.553	-

O superávit do Orçamento Fiscal será utilizado para a cobertura do déficit do orçamento do RPPS decorrente da insuficiência financeira das folhas de benefícios do Fundo Militar e Financeiro.

A Receita Orçamentária Total é estimada em R\$ 51.378.590.703,00 (cinquenta e um bilhões, trezentos e setenta e oito milhões, quinhentos e noventa mil, setecentos e três reais), que será realizada mediante a arrecadação de tributos e o ingresso de outras receitas correntes e de capital, observando a seguinte disposição:

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DO RPPS

ESPECIFICAÇÃO	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	46.024.984.857	2.903.502.490	48.928.487.347
Receita Tributária	32.814.689.250	30.188.780	32.844.887.030
Receita de Contribuições	1.694.677.237	-	1.694.677.237
Receita Patrimonial	1.453.352.060	192.001.210	1.645.353.270
Receita de Agropecuária	-	13.694.380	13.694.380
Receita Industrial	-	53.296.800	53.296.800
Receita de Serviços	513.097.960	996.038.450	1.509.136.410
Transferências Correntes	8.304.833.000	1.483.848.130	9.788.681.130
Outras Receitas Correntes	1.244.326.350	134.434.740	1.378.761.090
RECEITAS DE CAPITAL	2.628.153.930	546.681.870	3.174.835.800
Operações de Crédito	601.376.930	100	601.377.030
Alienação de Bens	1.652.450.000	11.862.710	1.664.312.710
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Transferência de Capital	361.317.530	363.614.850	724.932.380
Outras Receitas de Capital	13.009.470	171.204.210	184.213.680
DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	5.013.521.260	-	5.013.521.260
Deduções da Receita Tributária ¹	5.013.521.260	-	5.013.521.260
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.489.438.268	-	3.489.438.268
Receitas de Contribuições	1.693.392.268	-	1.693.392.268
Receita Patrimonial	3.741.000	-	3.741.000
Outras Receitas Correntes	1.792.305.000	-	1.792.305.000
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	125.920.000	-	125.920.000

DE CAPITAL			
Amortização de Empréstimos	125.920.000	-	125.920.000
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES²	673.430.548	-	673.430.548
Receita Total	47.928.406.343	3.450.184.360	51.378.590.703

1. Recursos para a formação do Fundo de manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB
2. Saldo de recursos arrecadados em exercícios anteriores no RPPS

Quanto a fixação de despesas, a mesma será fixada em R\$ 51.378.590.703,00 (cinquenta e um bilhões, trezentos e setenta e oito milhões, quinhentos e noventa mil, setecentos e três reais), sendo: (i) R\$ 43.333.521.650,00 (quarenta e três bilhões, trezentos e trinta e três milhões, quinhentos e vinte e um mil, seiscentos e cinquenta reais), conforme anexos II e III da lei; (ii) R\$ 8.045.069.053,00 (oito bilhões, quarenta e cinco milhões, sessenta e nove mil e cinquenta e três reais) no orçamento do RPPS, conforme anexo VII da lei.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DO RPPS

ESPECIFICAÇÃO	TESOURO FISCAL	OUTRAS FONTES FISCAL	RPPS TESOURO	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	35.253.482.800	2.837.386.932	8.045.069.053	46.135.938.785
Pessoal e Encargos Sociais	17.572.907.332	262.829.832	7.976.352.053	25.812.089.217
Juros e Encargos da Dívida	841.022.163	-	-	841.022.163
Outras Despesas Correntes	16.839.553.305	2.574.557.100	68.717.000	19.482.827.405
DESPESAS DE CAPITAL	4.629.854.490	612.797.428	-	5.242.651.918
Investimentos	2.869.000.554	610.292.428	-	3.479.292.982
Inversões Financeiras	276.320.782	2.505.000	-	278.825.782
Amortização da Dívida	1.484.533.154	-	-	1.484.533.154
TOTAL	39.883.337.290	3.450.184.360	8.045.069.053	51.378.590.703

O Poder Executivo fica autorizado a abrir créditos suplementares nos Orçamentos Fiscal e do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, até o limite de 7% (sete por cento) do valor global da receita fixada para o exercício, nos seguintes parâmetros: (i) os créditos suplementares para atender despesas com pessoal e encargos sociais, incluindo os inativos e pensionistas do RPPS; (ii) créditos para atender despesas com o serviço da dívida pública, transferências constitucionais e legais, precatórios, Pasep, contribuições previdenciárias e despesas de exercícios anteriores; (iii) os créditos suplementares para atender convênios, acordos nacionais e operações de créditos não previstos ou com insuficiência de dotação, tendo como limite o valor anual dos contratos e das respectivas variações monetárias e cambiais; (iv) os créditos suplementares para atender determinações decorrentes de normais federais ou estaduais; (v) os créditos suplementares à conta de recursos consignados na reserva de contingência; (vi) os créditos suplementares com recursos provenientes de excesso de arrecadação; e (vii) créditos

suplementares com recursos provenientes de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

O Poder Executivo poderá abrir créditos adicionais, que sejam necessários à execução de programas financiados, após a assinatura do respectivo contrato, tendo como limite o valor do empréstimo e a devida contrapartida. Além disso, autoriza a abertura de créditos adicionais necessários a atender determinações ou recomendações oriundas de decisões definitivas do Tribunal de Contas do Estado.

As despesas do orçamento vinculadas aos investimentos das Empresas públicas será fixada em R\$ 3.319.300.973,00 (três bilhões, trezentos e dezenove milhões, trezentos mil, novecentos e setenta e três reais), conforme anexo IV do presente projeto de lei, com a seguinte dotação de recursos:

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS

EMPRESA	TOTAL
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA	R\$ 219.000,00
Agência de Fomento do Paraná S/A	R\$ 162.230
Centrais de Abastecimento do Paraná S/A – CEASA-PR	R\$ 500.160
Centro de Convenções de Curitiba S/A – CCCTBA	R\$ 400.000
Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR	R\$ 25.133.010
Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR	R\$ 159.492.933
Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR	R\$ 834.450.500
Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR	R\$ 3.040.000
Companhia Paranaense de Energia Elétrica – COPEL	R\$ 2.076.221.970
Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A – FERROESTE	R\$ 900.010
TOTAL	R\$ 3.319.300.973

As fontes de Financiamento do Orçamento de Investimento das Empresas será fixadas em R\$ 3.319.300.973,00 (três bilhões, trezentos e dezenove milhões, trezentos e dezenove milhões, trezentos mil, novecentos e setenta e três reais), conforme o anexo IV, com a seguinte dotação de recursos:

EMPRESA	TESOURO	RECURSOS PRÓPRIOS	TOTAL
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA	-	219.000.000	219.000.000
Agência de Fomento do Paraná S/A –	-	162.230	162.230

Fomento Paraná			
Centrais de Abastecimento do Paraná S/A - CEASA-PR	10	500.150	500.160
Centro de Convenções de Curitiba S/A - CCCTBA	-	400.000	400.000
Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - CODAPAR	12.000.010	13.133.000	25.133.010
Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR	159.492.993	-	159.492.993
Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR	2.500.000	831.950.500	834.450.500
Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR	20.000	3.020.000	3.040.000
Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL	-	2.076.221.970	2.076.221.970
Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A - FERROESTE	10	900.000	900.000
Paraná Securitização S/A - PRSEC	100	-	100
TOTAL	174.013.123	3.145.287.850	3.319.300.973

A Secretaria de Estado da Fazenda, por intermédio da Coordenação de Orçamento e Programação, observadas as normas constitucionais e legais, poderá, por meio do sistema informatizado de programação e execução orçamentária, poderá: (i) modificar a modalidade de aplicação e o elemento de despesa, dentro de um mesmo projeto, atividade ou operação especial, sem alterar o valor global da dotação orçamentária, do grupo e da categoria econômica da despesa; e (ii) remanejar recursos entre obras da mesma dotação, sem alterar o valor global da natureza da despesa.

Para a execução orçamentária das ações previstas no orçamento fiscal, fica autorizado o Poder Executivo: (i) adotar a descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades constantes nesta lei; (ii) a utilizar para fins orçamentários e contábeis, as novas denominações de órgão e/ou unidades decorrentes de alterações legalmente aprovadas; (iii) descentralizar recursos do Fundo Paraná, mediante a abertura de atividades específicas, por meio de respectivos créditos adicionais, desde que autorizada pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

O saldo financeiro, incluindo sua remuneração, verificado no dia 31 de dezembro de 2015, proveniente da diferença entre as contas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada no âmbito do Poder Executivo, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado, até a data limite de 31 de janeiro de 2016.

No caso das unidades orçamentárias da Administração Indireta, do Poder Executivo, compreendendo as Autarquias, órgãos de Regime Especial, Empresas Públicas Dependentes e Fundos, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado, até trinta dias após o encerramento do Balanço Geral do Estado de 2015, 80% (oitenta por cento) dos respectivos superávits financeiros apurados em seus balanços patrimoniais do exercício de 2015, com exclusão das Instituições de Ensino Superior vinculadas à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e seus Fundos Especiais de natureza contábil.

Autoriza o Poder Executivo a reter, as transferências de recursos aos Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública os valores eventualmente pagos pelo Tesouro Geral do Estado referente: (i) precatórios judiciais relativos a condenações; (ii) contribuição ao PASEP; (iii) recursos adicionais e necessários à cobertura de insuficiências financeiras havidas em face do compromisso com o pagamento dos benefícios vinculados ao Fundo Financeiro destinado aos órgãos supra citados.

Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2016.

Para acessar a íntegra, [clique aqui.](#)

Tramitação: Aguardando designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)

[Resolução nº 123, de 14 de outubro de 2015](#)

“Altera a [Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011](#), que dispõe sobre o Simples Nacional e dá outras providências.